



PS TIC - MF

Plano Setorial TIC do Ministério das Finanças

**COMPROMISSO
COM A MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

Índice

Sumário Executivo	2
Visão Global do Plano de Ação	5
Eixos de Atuação	5
Medidas.....	6
Medida 1 – Governação das TIC	6
Medida 2 – Planos Sectoriais TIC	7
Medida 3 – Interoperabilidade	7
Medida 4 - Arquitetura de Referência TIC	8
Medida 5 - Identificação Eletrónica	8
Medida 6 - Transparência e Participação.....	9
Medida 7 - Serviços Eletrónicos	10
Medida 8 - Inovação Setorial	10
Medida 9 - Centro de Competências TIC	11
Medida 10 - Centro de Dados na Nuvem.....	11
Medida 11 – Comunicações na AP.....	12
Medida 12 - Aplicações Comuns e em Código Aberto	13
Iniciativas por Eixo e Medida	14
Eixo 1 - Integração e Interoperabilidade	14
Medida 1 - Governação das TIC	14
Medida 2 – Planos Sectoriais TIC.....	14
Medida 3 – Interoperabilidade	15
Medida 4 – Arquitetura de Referência TIC	16
Eixo 2 – Inovação e Competitividade	19
Medida 5 – Identificação Eletrónica	19
Medida 6 – Transparência e Participação	19
Medida 7 – Serviços Eletrónicos	20
Medida 8 – Inovação Setorial	26
Eixo 3 – Partilha de Recursos	33
Medida 9 – Centro de competências TIC	33
Medida 10 – Centro de dados na Nuvem	34
Medida 11 – Comunicações na AP.....	36
Medida 12 – Aplicações Comuns e em Código Aberto	37

Sumário Executivo

O Plano Setorial das TIC para o Ministério das Finanças (PSTIC-MF), para o horizonte 2017-2020, reflete o forte compromisso do ministério com a concretização da estratégia para a transformação eletrónica na Administração Pública até 2020 (Estratégia TIC 2020), focando, como elementos centrais, por um lado, a racionalização e otimização transversal dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e tecnológicos do Estado e, por outro, a continuação do aprofundamento da justiça e equidade fiscais.

Estiveram envolvidos na sua construção, sob coordenação do representante ministerial para as TIC no MF, 10 organismos, designadamente a AT (Autoridade Tributária e Aduaneira), a DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público), a DGO (Direção-Geral do Orçamento), a DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças), o GPEARI (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais), a IGF (Inspeção-Geral de Finanças), o INA (Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas), a SG (Secretaria Geral do Ministério das Finanças), os SSAP (Serviços Sociais da Administração Pública) e a ESPAP (Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública).

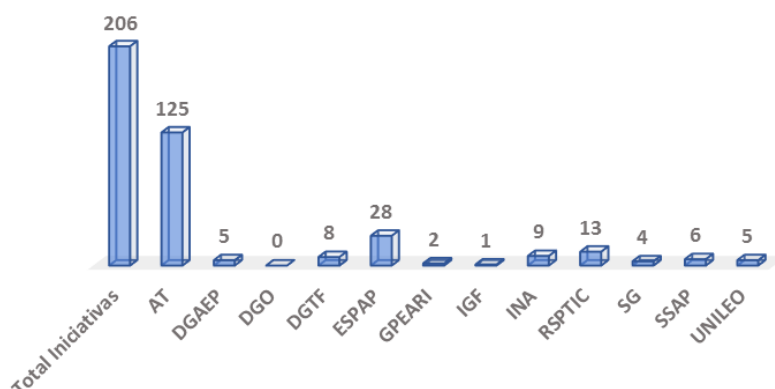
Ainda em 2017 foi incluída no PSTIC-MF a UNILEO (Unidade de Implementação de Lei de Enquadramento Orçamental) que assumiu a implementação de 5 iniciativas enquadradas na Medida 8, inicialmente da responsabilidade da DGO, designadamente:

- 2.7.5.1 (CTIC3802) - DCC, Documento Contabilístico de Cobrança.
- 2.8.1.31 (CTIC3871) - PLAFIO, Planeamento Orçamental Plurianual.
- 2.8.1.32 (CTIC3872) -ECE, Entidade Contabilística Estado
- 2.8.1.33 (CTIC3873) - Portal S3CP, Portal do Sistema de Central de Contabilidade e Contas Públicas
- 2.8.1.34 (CTIC3874) - S3CP, Sistema de Central de Contabilidade e Contas Públicas.

Foram identificadas as iniciativas consideradas relevantes por todos os organismos e, numa segunda fase, agregadas todas aquelas em que era possível a obtenção de sinergias, tendo como resultado a inscrição inicial de 195 iniciativas, com contribuições do Ministério para as 12 medidas da Estratégia TIC 2020, entre as quais 13 se enquadram no âmbito da Rede Operacional de Serviços Partilhados TIC da Administração Pública (RSPTIC), sob a responsabilidade da ESPAP.

Atualmente estão registadas 206 iniciativas, incluindo 4 entretanto canceladas (das quais 2 removidas do novo Plano Setorial) e 11 novas iniciativas inscritas em 2018 (9 para a AT, 2 para a DGTF e 1 para a DGAEP).

Iniciativas por Organismo (2017-2018)

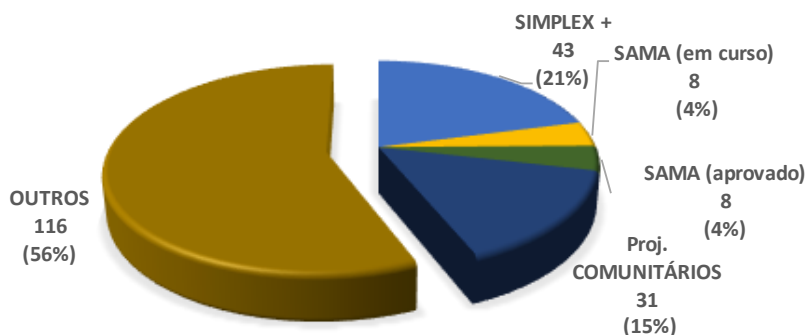


Face à natureza transversal do Ministério ao nível da gestão de recursos da Administração Pública, foram identificadas 38 iniciativas que terão impacto direto na sua melhoria, as quais estão concentradas entre a medida de “Inovação Setorial” do Eixo “Inovação e Competitividade” e as medidas do eixo “Partilha de Recursos”, neste último caso, com foco nos recursos TIC e no papel que a ESPAP terá enquanto coordenadora e dinamizadora da Rede Operacional de Serviços Partilhados TIC da Administração Pública (RSPTIC).

No que respeita à área fiscal e aduaneira, é igualmente de realçar o número de ações inscritas nos diversos eixos, cabendo atualmente à AT, a implementação de 125 iniciativas (59% do total), destacando-se de entre estas, um forte alinhamento com o programa SIMPLEX + ou com ações já comprometidas com a União Europeia.

O PSTIC-MF está alinhado com outras iniciativas estratégicas do Governo, existindo atualmente 47 correspondentes a iniciativas SIMPLEX +, iniciativas da União Europeia ou candidaturas SAMA, e garantindo, com isso, uma visão agregada do ponto de vista das necessidades de TIC para a sua implementação em todo o Ministério. Ao nível do ministério, é de realçar o aprofundamento do compromisso global com a racionalização da função informática e com a sua progressiva centralização na ESPAP – por exemplo, com a migração do modelo de *housing* para o modelo de *hosting* das infraestruturas tecnológicas, para todos os organismos do ministério com exceção da AT – ou com a densificação da articulação entre a ESPAP e a AT no que respeita a áreas de impacto transversal no Ministério como a segurança informática, a continuidade de negócio ou as comunicações de voz e dados.

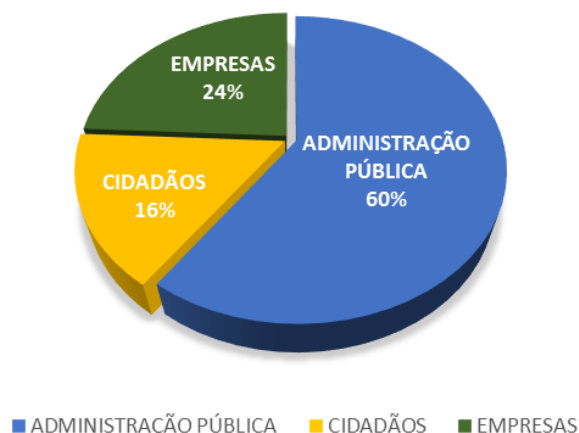
INICIATIVAS POR TIPO DE FINANCIAMENTO / PROGRAMA (2017-2018)



As iniciativas identificadas dirigem-se a 3 grandes grupos:

- Cidadãos
- Empresas
- Administração Pública

Iniciativas por Destinatário (2017-2018)



A nível de indicadores, o PSTIC-MF representa um **investimento total de 106 milhões de euros**, originando, ao longo de 4 anos de vigência do plano (2017-2020), **poupanças financeiras e económicas de cerca de 88 milhões de euros até 2020**, com um **investimento em 2018 de cerca de 34 milhões de euros em TIC**, correspondendo a **32%** da totalidade do PSTIC-MF.

É objetivo de todos os organismos envolvidos na construção do PSTIC-MF, bem como do representante ministerial, assegurar a melhoria constante da qualidade da informação disponibilizada e aprofundar o contributo do Ministério das Finanças para a Estratégia TIC 2020.

Visão Global do Plano de Ação (2017-2018)

Em alinhamento com a Estratégia TIC 2020, o Plano de Ação para o Ministério das Finanças propõe-se executar as **iniciativas** identificadas, organizadas por **3 eixos de atuação** e distribuídas por **12 medidas**.

1. Integração e Interoperabilidade 52	2. Inovação e Competitividade 119	3. Partilha de Recursos 35
Governança das TIC 3	Identificação Eletrónica 4	Centro de competências TIC 8
Planos Sectoriais TIC 2	Transparência e Participação 5	Centros de dados na nuvem 12
Interoperabilidade 17	Serviços Eletrónicos 49	Comunicações na AP 9
Arquitetura de referência TIC 30	Inovação Setorial 61	Aplicações Comuns e em Código Aberto 6

Eixos de Atuação

O **Eixo 1, Integração e Interoperabilidade** das TIC públicas, tem por base um modelo de Governança para as TIC, a definição e implementação de uma Estratégia TIC comum instanciada às especificidades sectoriais e um alargamento da utilização da interoperabilidade **interdepartamental** respeitando Referenciais TIC comuns.

O **Eixo 2, Inovação e Competitividade** pelo Estado, assume-se como um dos impulsionadores do desenvolvimento da economia pela simplificação das ferramentas de autenticação e assinatura digital que garantem uma utilização segura de serviços eletrónicos, não só pela melhoria das soluções que os suportam, como também pela sua maior proximidade ao Cidadão, pela usabilidade harmonizada, pela linguagem mais apropriada e por canais mais familiares, pela oportunidade de participação mais próxima que é dada aos cidadãos como pela consolidação do posto de trabalho digital, sustentado na desmaterialização dos processos de negócio e que favoreça o trabalho em mobilidade, e finalmente pela implementação de projetos sectoriais adequados aos desafios que se apresentam a cada uma das funções do Estado.

O **Eixo 3, Partilha de Recursos**, tem por base a implementação de Centro de Competências TIC que permita à AP aumentar a sua agilidade e simultaneamente partilhar e rentabilizar os recursos TIC, a otimização da capacidade instalada nos centros de dados da AP, a constituição de uma rede de comunicações multisserviços que elimine ineficiências e, por último, o desenvolvimento, gestão, contratação e negociação do software da AP de forma integrada e de uma efetiva aposta em software de código aberto.

Medidas

Medida 1 – Governação das TIC

A Governança das TIC deverá atuar como catalisador de projetos estruturantes, de partilha de recursos, de modernização administrativa e de interoperabilidade entre os sistemas/entidades da Administração Pública.

Com as ações enquadradas nesta medida pretende-se melhorar a gestão das TIC do Ministério das Finanças, visando uma utilização mais racional dos recursos disponíveis e, simultaneamente, melhorar os mecanismos de interoperabilidade entre os vários sistemas. Serão definidos, em articulação com o CTIC, os mecanismos necessários à garantia de existência de uma governação global das TIC na Administração Pública, através da criação das interfaces adequadas à comunicação e alinhamento entre o modelo de governação do Ministério das Finanças e o global.

O conjunto de ações a levar a cabo tem como objetivo definir um modelo de funcionamento da função informática do Ministério das Finanças que garanta coerência e homogeneidade na respetiva execução, tendo em atenção as características do sector e visando alcançar eficácia e melhoria do serviço prestado e uma gestão integrada e eficiente dos recursos existentes com a reafecção dos meios humanos, materiais e orçamentais em concordância. O impacto destas medidas incide sobretudo na criação de um modelo de funcionamento das TIC do Ministério potenciador de redução de custos, de transparência e de integração das infraestruturas tecnológicas do Ministério das Finanças. As medidas de *governance* não têm poupanças associadas, assumindo-se que estas resultarão posteriormente pelo consumo dos serviços de forma partilhada, não sendo passíveis de serem contabilizadas neste plano.

Esta atividade visa a consensualização nos seguintes pontos:

- Infraestrutura de comunicações e respetivos serviços associados, sob gestão da ESPAP e da AT
- Infraestrutura tecnológica e respetivos serviços associados sob gestão da ESPAP
 - *Hosting* de servidores e aplicações
 - *Housing* de servidores e aplicações
 - Implementação do Sistema de Continuidade de Negócio para a ESPAP, de acordo com a norma ISO22301

Principais objetivos:

- Continuar o processo de aumento de virtualização dos servidores do seu Centro de Processamento de Dados (CPD)
- Agregação e consolidação das infraestruturas de Email, Acesso Internet, *Storage*, externalização de *Backups*, DNS etc.
- Alojamento de servidores e aplicações em modelo de partilha de infraestrutura e gestão das plataformas por parte do prestador de serviços
- Alojamento de servidores e aplicações em modelo de cedência física de espaço, sendo a gestão e administração das plataformas assegurada pelo cliente.

Atualmente a AT será considerada apenas nas áreas de comunicações de voz, dados e internet e segurança da informação. Posteriormente, será analisada a possibilidade de integração noutras áreas funcionais TIC.

Medida 2 – Planos Sectoriais TIC

A criação de planos sectoriais para as TIC, instanciando da Estratégia TIC definida transversalmente, tem como objetivo não só priorizar os projetos e investimentos TIC em cada Ministério, Região ou Comunidade, como também refletir a articulação das TIC com o negócio e, assim, criar um calendário com ações e responsáveis pela sua implementação.

As iniciativas identificadas no âmbito da presente medida visam a criação do Plano Sectorial das TIC para a Rede do Ministério das Finanças, em linha com a estratégia para as TIC definida pelo CTIC, de forma a materializar a definição de prioridades de investimento TIC, a articulação das TIC na Rede do Ministério das Finanças, a atribuição de responsabilidades de implementação e a calendarização das atividades a realizar.

Considera-se que as ações identificadas, em articulação com as medidas 1, 2 e 10, permitirão a obtenção de benefícios essencialmente económicos, decorrentes, como indicado no Plano Global, da redução ao nível dos Recursos técnicos e humanos afetos à gestão e administração de infraestruturas tecnológicas e de comunicações.

A obtenção de benefícios financeiros poderá decorrer entre outros elementos, efetivamente, da redução do número de contratos de aquisição de serviços de consultoria, prestação de serviços e licenciamento.

O impacto das medidas incide sobretudo na criação de um modelo de funcionamento das TIC do Ministério, potenciador de redução de custos, de transparência e de integração das infraestruturas tecnológicas do Ministério das Finanças.

Medida 3 – Interoperabilidade

A Interoperabilidade assume um papel estruturante na modernização da Administração Pública, permitindo que as Tecnologias de Informação e Comunicação, os Sistemas de Informação e os processos do Estado passem a funcionar articuladamente, simplificando a relação com os cidadãos e com as empresas.

Nesta medida o Plano Sectorial do Ministério das Finanças apresenta 15 iniciativas com um investimento significativo na submedida de Alargamento da interoperabilidade entre soluções de gestão documental da Administração Pública.

A atividade transversal de Interoperabilidade na rede do Ministério das Finanças para a Gestão Documental, representa um dos pilares no modelo de Governança, consensualizando no que se refere à definição de arquiteturas de interoperabilidade entre sistemas de gestão documental, ainda não foi efetuado o levantamento técnico de todos os sistemas de gestão documental existentes no Ministério das Finanças, nem identificadas as possíveis soluções de interoperabilidade que permitam determinar qual o investimento necessário à implementação da medida, sendo o valor apresentado uma estimativa possível identificar. Não sendo possível nesta fase apresentar as poupanças económicas e financeiras decorrentes da sua implementação, as quais serão calculadas em sede de revisão deste

Plano. Alinhada com o objetivo de alargar a interoperabilidade entre soluções de gestão documental do Ministério das Finanças, permitirá desmaterializar os processos de troca de informação formais e informais e suportar a implementação de projetos SIMPLEX + Europeus e obter assim benefícios económicos na operação dentro do ministério.

Medida 4 - Arquitetura de Referência TIC

A definição e adoção de referenciais TIC comuns permitirá tirar partido dos investimentos e projetos TIC efetuados na Administração Pública, quer seja pela normalização técnica e semântica, quer seja pela implementação de melhores práticas, permitindo sistemas interoperáveis, complementares e mais seguros.

No plano setorial das TIC do Ministério das Finanças é importante continuar a adequar as políticas de segurança existentes aos novos desafios e fortalecer e alargar a implementação das soluções já existentes, nomeadamente alinhar com a Estratégia Nacional de Segurança de Informação, do Sistema de Certificação Eletrónica do Estado, do quadro legal da Segurança das Matérias Classificadas e da solução de Criptografia Nacional.

Nesta medida foram inscritas 30 iniciativas que permitem definir e garantir que os Sistemas de Informação do Ministério das Finanças cumprem requisitos de segurança adequados à criticidade e ao tipo de informação que armazenam permitindo assegurar que estão protegidos na correta medida do risco a que estão sujeitos no seu sector de atividade.

Ao nível do Ministério das Finanças serão desenvolvidos projetos conducentes a certificar a ESPAP no domínio da Segurança da informação, ao abrigo da Norma ISO27001 e em articulação com processos complementares no contexto da norma ISO20000 e ISO22301. Considerando que a AT tem uma solução, *in-house*, de Sistema de Gestão e Correlação de Eventos de Segurança dimensionada e especificamente para a sua realidade, excluímos a AT da implementação de requisitos de segurança adicionais. A sua inclusão será ponderada como um enclave e poderá integrar com a solução do Ministério das Finanças.

Será ainda consensualizada com a AT a sua participação na solução para a Classificação da informação, bem como na avaliação da maturidade e conformidade de acordo com a norma 27001.

As medidas de segurança de informação não têm poupanças associadas, assumindo-se que estas resultarão posteriormente pela salvaguarda da informação e proteção dos dados pessoais alojados nos sistemas de informação, bem como a proteção dos dados nos mecanismos de interoperabilidade e serviços partilhados não são passíveis de serem contabilizados neste plano - apenas representam o alinhamento com as diretivas europeias, nas quais estão previstas aplicações de coimas elevadas a quem não cumprir com as mesmas.

Medida 5 - Identificação Eletrónica

Simplificar e aproximar as soluções de identificação e assinatura eletrónica do cidadão.

A utilização de serviços públicos eletrónicos beneficia pela disponibilização de um serviço de autenticação do cidadão único e transversal a todos os serviços eletrónicos disponibilizados pela Administração Pública. Nesta medida o Plano Setorial do Ministério das Finanças apresenta 3

iniciativas na submedida de Autenticação e assinatura eletrónica qualificada usando dispositivo móvel.

É necessário simplificar o acesso ao balcão único de serviços do INA, integrado no seu site, implementando aqui mecanismos de autenticação única dos cidadãos.

Esta nova autenticação poderá ser associada à que é atualmente utilizada, a autenticação por SGU, que foi considerado que era a solução mais fácil para a interoperabilidade com a BEP. A simplificação do acesso implicará a adaptação do próprio site, nomeadamente a nível de melhoria da segurança.

Medida 6 - Transparência e Participação

A informação que o Estado produz e disponibiliza sobre a sua atividade e desempenho tem um potencial não explorado suficientemente na criação de condições para maior cidadania e participação através de soluções inovadoras.

A utilização das TIC permite disponibilizar novos canais para mais cidadania e maior transparência. Nesse contexto o Plano Setorial das TIC do Ministério das Finanças inscreve 5 iniciativas:

1. Plataforma do Sistema de Formação Profissional da Administração Pública, para disponibilização, no portal Dados.gov, de informação sobre formação profissional na Administração Pública
2. Otimização do acompanhamento e monitorização da eficiência na submedida "Divulgar continuamente indicadores de execução e dos benefícios alcançados pela execução das políticas, iniciativas e grandes projetos da Administração Pública"
3. Portal GPEARI, na submedida "Disponibilizar mecanismos para a transparência e integridade na Administração Pública" que contribuí para a divulgação de informação relevante para o setor, para a partilha em protocolo seguro de informação com os principais *stakeholders* e para a consolidação de fontes informacionais
4. SIRIEF - Sistema de Informação para Recolha e tratamento da Informação Económico-Financeira do setor empresarial do Estado, assegurando a elaboração de relatórios informativos a apresentar ao Governo sobre o SEE, o grau de cumprimento das obrigações de reporte da informação pelas empresas do SEE, assim como, sobre o nível da qualidade dos serviços prestados
5. SIAPE - Sistema de Informação de Apoio às Participações do Estado, como ferramenta de gestão e produção de informação das participações do Estado, nas suas diferentes vertentes e tomando em consideração as suas especificidades. Será composto por três módulos:
 - Carteira de Participações do Estado
 - Esforço Financeiro do Estado
 - Órgãos Sociais Nomeados.

Medida 7 - Serviços Eletrónicos

As iniciativas inscritas nesta medida alinham-se com o seu objetivo de disponibilizar serviços eletrónicos mais acessíveis e mais adequados às necessidades dos cidadãos, antecipando-as quando possível, disponíveis em qualquer lugar e com linguagem e usabilidade mais próximas, promovendo o posto de trabalho totalmente digital, induzindo a uma maior colaboração e facilitando a criação de condições para implementar outras dimensões na relação entre a Administração Pública e os seus colaboradores.

Estão identificadas 46 iniciativas das quais destacamos as ações alinhadas com o arquivo digital onde foi consensualizado, na rede do Ministério das Finanças, uma iniciativa, da responsabilidade da Secretaria Geral, de alargar o sistema de Arquivo Digital a toda a rede e à qual agregamos outras iniciativas dos restantes organismos. Neste contexto a submedida “Alargamento da solução de arquivo digital aos restantes organismos da Rede do ministério das Finanças” vem alinhar o Ministério das Finanças com o objetivo de proceder à digitalização e preservação digital do arquivo da Administração Pública.

A digitalização do arquivo dos vários organismos do Ministério das Finanças aporta vantagens significativas, tais como uma maior celeridade de acesso aos processos e a libertação de espaço físico valioso. Garantindo que existem soluções de gestão documental interoperáveis em todo o Ministério, será possível a desmaterialização total e a eliminação do uso de papel no posto de trabalho.

Medida 8 - Inovação Setorial

Cada função governativa tem as suas particularidades e desafios específicos para os quais se identificaram projetos TIC adequados às suas singularidades, que proporcionarão um contributo indiscutível para o aumento da eficiência interna e para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

A rede das TIC no Ministério das Finanças inscreve 61 iniciativas, correspondendo 41 a medidas SIMPLEX+, projetos europeus ou candidaturas SAMA e um total de 50 da responsabilidade da AT.

Pelas suas especificidades, por organismos, entre outros projetos relevantes, destacamos os seguintes:

- A IGF inscreve um novo portal para responder a uma melhoria de eficiência nos seus serviços. Trata-se de uma aposta de desmaterialização com reengenharia de processos.
- A Secretaria Geral pretende criar uma plataforma comum de Atividades Comuns (PPAC).
- A DGO inscreveu 4 grandes projetos (atualmente endereçados pela UniLEO), relativos à sua atividade e área de competência designadamente:
 - PORP – Planeamento Orçamental Plurianual
 - ECE - Entidade Contabilística do Estado
 - Portal S3CP - Portal do Sistema de Central de Contabilidade e Contas Públicas
 - S3CP - Sistema de Central de Contabilidade e Contas Públicas.
- A DGAEP inscreveu inicialmente uma atividade que responderia à medida 4 com a criação de uma plataforma da Administração e do Emprego Público (PAEP), entretanto cancelada e substituída, em 2018, pelo projeto SIOE+ que tem como objeto proceder ao desenvolvimento e implementação de uma solução que permita a recolha, centralização e tratamento de

informação sobre a caracterização das entidades do sector público e respetivos trabalhadores, e manutenção evolutiva e corretiva.

Medida 9 - Centro de Competências TIC

A constituição de um Centro de Competências TIC permitirá combater a dispersão e alavancar os meios, competências e capacidades existentes na Administração Pública.

O Plano Setorial das TIC para o Ministério das Finanças inscreve 8 iniciativas nesta medida, alinhadas com o objetivo de constituição de um Centro de Competências TIC na Administração Pública que permitirá reunir os recursos TIC agora dispersos de modo a que a Administração Pública usufrua de melhores e mais eficientes serviços TIC.

O Centro de Competências TIC, alinhado com a consolidação da função TIC a nível de cada área governativa, prevista na Medida 1, permitirá estabelecer uma cadeia eficiente de prestação de serviços TIC claramente identificados em Catálogos de Serviços Setoriais e Transversais à Administração Pública. Neste contexto destacamos as iniciativas do INA e da ESPAP, entidades que possuem, na Administração Pública, competências e atribuições de serviços partilhados a toda a Administração Pública.

O INA enquadra estas iniciativas na sua estratégia de definição de referenciais de competências para áreas de atividade comuns da Administração Pública, apoio à implementação de projetos de gestão de competências e programas de formação associadas ao seu desenvolvimento nos organismos públicos.

A ESPAP, no âmbito da Rede operacional de Serviços Partilhados TIC para a Administração Pública (RSPTIC), consolida a sua orientação estratégica de promover o vetor tecnológico dos centros de competência operacionais, de forma a alavancar o seu potencial na ESPAP e em toda a Administração Pública Central.

Medida 10 - Centro de Dados na Nuvem

Aproveitar a capacidade instalada na Administração Pública para disponibilizar uma oferta robusta de serviços TIC permitirá reduzir a despesa em novas infraestruturas, plataformas e sistemas.

Nesta medida a RSPTIC desempenha um papel fundamental na operacionalização da estratégia de aproveitar a capacidade instalada na Administração Pública para disponibilizar uma oferta robusta de serviços TIC, o que permitirá reduzir a despesa em novas infraestruturas, plataformas e sistemas, com a rentabilização da capacidade de Centros de Processamento de Dados existente na Administração Pública.

Nesse sentido, a criação da nuvem interoperável da Administração Pública permitirá facilitar aos organismos públicos fornecedores a disponibilização online da capacidade em excesso, para que aqueles que pretendam usufruir o possam fazer numa lógica de self-service. Esta nuvem deverá ser capaz de complementar a oferta da nuvem da Administração Pública com oferta dos fornecedores privados sempre que for economicamente viável, tendo também em consideração a natureza dos sistemas e da natureza dos dados envolvidos.

Ao longo dos últimos anos procedeu-se à definição de uma metodologia de migração de centros de dados (em modelo *housing e hosting*), tendo-se procedido à centralização no CPD da ESPAP do centro de dados dos organismos da rede do Ministério das Finanças (excluindo a AT) e extraplano setorial da AMA e PCM. A centralização dos restantes centros de dados ocorreu até ao final de 2015. No que diz respeito a iniciativas no domínio de *cloud computing*, foi efetuado um projeto-piloto para a disponibilização do serviço de email suportado na *cloud* privada da ESPAP, e que se encontrará disponível para alargamento a outros clientes e a outros serviços *cloud* a partir de 2017.

A criação e disseminação da CloudAP são planeadas no âmbito desta medida. A migração dos Centros de Dados para a ESPAP não é isenta de custos. Aos valores de adjudicação da migração dos organismos do Ministério das Finanças deverão ser adicionados os custos com o processo de transformação (e.g. virtualização) e consolidação de serviços na infraestrutura da ESPAP. A adequação do Centro de Dados da ESPAP exige um investimento significativo. Os benefícios financeiros poderão decorrer, entre outros elementos, da redução de custos com Equipamentos de comunicações (*Switches, Routers, Firewalls, IDS/IPS*), Soluções de Centro de Contacto (*Contact Center*) e outros equipamentos passíveis de utilização comum, tais como:

- Serviços de Rede (Servidores de: Domínio - Windows e DNS, Mail, Proxys, outros serviços passíveis de utilização comum)
- Serviços de Internet (centralização do acesso à Internet) transversais
- Serviços de Centro de Contacto (*Contact Center*)
- A componente de OPEX em todas as vertentes (Hardware; Software; Manutenção; Licenciamento; Consumos energéticos)
- A diminuição acentuada dos custos de energia elétrica.

No que diz respeito a possíveis benefícios económicos, afigura-se possível reduzir o número de efetivos afetos na globalidade a estas funções, através da criação de equipas multidisciplinares com competências transversais. A ESPAP, enquanto entidade coordenadora da RSPTIC, inscreve nesta medida 11 iniciativas (3 da própria ESPAP e 8 no âmbito da RSPTIC).

Medida 11 – Comunicações na AP

Nesta medida a RSPTIC desempenha um papel fundamental na operacionalização da estratégia de disponibilizar uma rede segura e redundante, capaz de conectar toda a Administração Pública de forma mais racional e suportar múltiplos serviços. Através da implementação das redes de comunicações de cada área governativa e entre as mesmas será possível criar uma rede da Administração Pública mais racional, mais segura e economicamente mais vantajosa, eliminando inúmeros circuitos que se tornarão desnecessários.

Esta medida visa a definição e concretização de uma estratégia para a implementação de uma rede de comunicações que sirva a totalidade do Ministério das Finanças, devidamente articulada com a estratégia para as comunicações global para a Administração Pública. A medida tem como objetivo final a unificação das comunicações no Ministério das Finanças, com gestão centralizada e global, integrando todos os serviços de comunicações, dados e voz, fixas e móveis, focando-se na forma como as instituições e pessoas comunicam e colaboram para realizar objetivos comuns. Outro objetivo é a dinamização do Ponto de Troca de Trafego (PTT) da Administração Pública.

As 9 iniciativas inscritas nesta medida têm como objetivo final a unificação das comunicações no Ministério das Finanças, com gestão centralizada e global, integrando todos os serviços de comunicações, dados e voz, fixas e móveis, focando-se na forma como as instituições e pessoas comunicam e colaboram para realizar objetivos comuns.

Com elevado impacto ao nível financeiro, irá eliminar várias redundâncias e melhorar as condições de contratação. A centralização da gestão tem também a vantagem de facilitar o processo de evolução, por exemplo, para uma rede multisserviços ou para a introdução de novas tecnologias. São aqui igualmente inscritas as iniciativas relativas à RSPTIC no âmbito do PTT (Ponto de Troca de Tráfego) bem como à operacionalização do IPv6 na Administração Pública.

Medida 12 - Aplicações Comuns e em Código Aberto

Gerir o licenciamento de software e as aplicações de que a Administração Pública necessita permitir-lhe-á ganhar um peso negocial face aos principais fornecedores de software, assim como gerir de forma mais eficaz os seus ativos de software, recorrendo a soluções em código aberto, sempre que economicamente viável, potenciando o impacto nas poupanças TIC e na inovação ao nível do tecido empresarial TIC nacional.

Iniciativas por Eixo e Medida

Eixo 1 - Integração e Interoperabilidade

Medida 1 - Governação das TIC

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3737	1.1.3.1	Modelo de Governação TIC para a Rede MF	Apresentar e obter aprovação proposta de Modelo de Governação das TIC no Ministério das Finanças; Implementar o modelo aprovado, nomeadamente ao nível de comités, responsabilidades, processos e ferramentas de suporte.	ESPAP	Concluído	Outros	Administração Pública
CTIC3738	1.1.4.1	Racionalização da Função TIC na Rede MF	Conduzir levantamento da função TIC, nomeadamente ao nível de serviços prestados, responsabilidades e competências; Definir, propor, obter aprovação e implementar o Modelo de Racionalização da Função TIC na rede do Ministério das Finanças; Definir, propor, obter aprovação e implementar o modelo de integração das soluções de Gestão de Serviço de IT (ITSM) na rede do Ministério das Finanças. Nota: De momento, a AT será considerada apenas nas áreas de comunicações de voz, dados e internet. Posteriormente, será analisada a possibilidade de integração noutras áreas funcionais TIC.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3739	1.1.5.1	Publicação do catálogo de serviços partilhados TIC	Publicar o catálogo de serviços partilhados TIC na rede do Ministério das Finanças com Integração no catálogo serviços da rSPtic e de acordo com o modelo de racionalização da função TIC na AP.	ESPAP	A decorrer	Outros	Administração Pública

Medida 2 – Planos Setoriais TIC

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3740	1.2.1.1	Formalização do Plano Setorial e definição dos pilares de convergênciasetorial	Formalizar na rede do Ministério das Finanças o plano setorial e definir os pilares de convergência setorial na prossecução dos objetivos traçados pelo CTIC; Serão executadas atividades que permitirão acompanhar a execução dos investimentos, nomeadamente a IGF efetuar auditorias aos projetos com valor de investimento superior a 100.000€. Todos os investimentos acima de 50.000€ devem ser inscritos no Plano setorial TIC da rede do Ministério das Finanças. Nota: O valor dos projetos a auditar será alvo de acordo e aprovação.	ESPAP	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3741	1.2.2.1	Criação e revisão anual do plano setorial da rede MF	Realizar as atividades de criação e revisão anual do PSTIC-MF, de acordo com o Modelo de Governace em vigor para as TIC no Ministério das Finanças.	ESPAP	A decorrer	Outros	Administração Pública

Medida 3 – Interoperabilidade

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3742	1.3.3.1	Interoperabilidade GPS (gestão documental)	Adaptação de formatos de documentos e metainformação associada; Desenho e implementação de processos de troca de documentos com outras entidades	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3743	1.3.3.2	Arquitetura SOA na AT - Modelo de aplicação	Estabelecer as normas, regras de utilização e de desenvolvimento da plataforma SOA da AT; Seleccionar componentes candidatos a reutilização, promovendo a adequação a garantir a interoperabilidade com outros organismos da AP assim como da UE.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3744	1.3.3.3	(Projeto comunitário) CCN2 - Common Communication Network	Construir uma plataforma que possibilite a ligação aos serviços comunitários (SOA).	AT	Concluído	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3745	1.3.3.4	Projeto comunitário) Surveillance3	Implementar as funções necessárias para disponibilização de dados relativos às "BTI" de forma a implementar os controlos inerentes.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3746	1.3.3.5	(Projeto comunitário) ICS2.0 for strengthening the Security of the Supply Chain na Entry	Otimizar a troca de dados de modo a melhorar a análise de risco particularmente na via aérea.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3747	1.3.3.6	(Projeto comunitário) CUP-MIS - Customs Union Performance - Management Information System	Suportar a gestão/governança e a implementação prática do CUP-MIS através da recolha, processamento e reporting.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3748	1.3.3.7	(Projeto comunitário) Smart and Secure Trade Lanes (SSTL)	Projeto piloto restrito apenas a alguns Estados-membros e sem calendário de implementação/generalização	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3749	1.3.3.8	(Projeto comunitário) Exchange of TIR movement data via SPEED2 to Republic of Moldova and Ukraine	Projeto piloto sem calendário de implementação definido.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3750	1.3.3.9	(Projeto comunitário) EU-CH EXS data exchange for indirect exports from Switzerland	Projeto sem calendário de implementação definido.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3751	1.3.3.11	(Projeto transnacional) Cooperação Administrativa Fiscal	Receber e enviar informação financeira entre os Estados Membros da União Europeia e a OCDE.	AT	Concluído	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3752	1.3.3.12	Trocas de Informação com entidades Fiscais Internacionais e a AT - área de Inspeção Tributária e Aduaneira	Gestão de Trocas de Informação entre Portugal (AT - área de Inspeção Tributária e Aduaneira), União Europeia, OCDE e países terceiros.	AT	A decorrer	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3753	1.3.3.10	Interoperabilidade entre os sistemas de Gestão Documental da Rede MF	A atividade centrar-se-á, com impacto ao nível do Ministério das Finanças, na definição de arquiteturas de interoperabilidade entre sistemas de gestão documental, através de uma plataforma comum, usando a IAP - Plataforma de Interoperabilidade da AP.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3754	1.3.4.1	Integração automática de outros sistemas de faturação no Gerfip	Sinergias na interligação automática entre os dados de faturação da Gestão de Refeitórios e da Gestão Hoteleira com o GERFIP.	SSAP	A decorrer	Outros	Empresas
CTIC3755	1.3.4.2	Criação de mecanismos eficazes de atualização do Dados dos Beneficiários dos SSAP	a) Construção de mecanismos de sincronização automática de obtenção de informação atualizada dos beneficiários (como morada, mudança de organismo, aposentação, desvinculação da AP, falecimento, entre outros); b) Automatizar o registo de beneficiários dos SSAP; c) Mediante consentimento do próprio, consulta de dados fiscais para instrução de processos.	SSAP	A decorrer	Outros	Cidadãos; Administração Pública
CTIC3756	1.3.4.3	Implementação de novo meio de pagamento de refeições – Pagamento através de telemóvel	Agilizar o processo de pagamento para o beneficiário, disponibilizando novas alternativas.	SSAP	Por iniciar	Outros	Cidadãos
CTIC4719	1.3.3.13	CRMS2 (Computerized Risk Management System)	O sistema de gestão de risco vai permitir a troca de informação entre peritos de área de risco entre os Estados Membros.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC4721	1.3.3.15	Classification Information System (CLASS)	Sistema para troca de informação entre diferentes sistemas referentes a classificação pautal como a TARIC, EBTI, ECICS.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública

Medida 4 – Arquitetura de Referência TIC

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição Iniciativa	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3757	1.4.1.1	Reforço da Arquitetura Analítica da AT - Uniformização e Gestão Transversal de Conceitos	Desenvolvimento de metodologias, processos e sistemas que garantam a uniformização e gestão dos dados mestre, garantindo uma visão transversal e holística dos conceitos que suportam os vários sistemas analíticos.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3758	1.4.1.2	Projeto de Melhoria de Qualidade de dados de Sistemas de Informação	O Projeto de Quality Assurance, visa implementar mecanismos técnicos e produzir documentação atualizada, com vista a garantir uma maior qualidade dos dados e regras de cálculo presentes nos sistemas de informação, contemplando as seguintes fases: Fase 1 - Diagnóstico da Qualidade de Dados, Atualização de Especificações, Criação de Módulo de Testes Automatizados, Testes Unitários/Integrados, Documento de Resultados e Recomendações. Fase 2 – Correções ao Código, Correções na aplicação SIGE, Testes de Aceitação, Ajustes finais e passagem a Produção.	DGTF	Concluído	Outros	Administração Pública
CTIC3759	1.4.8.1	Certificação digital	Assinatura eletrónica de penhoras e documentos; Gestão de certificados para produtores de software e operadores	AT	A decorrer	Outros	Empresas; Administração Pública
CTIC3760	1.4.11.1	Certificação ISO 27001 da eSPap nos serviços de âmbito	Continuação do projeto de certificação da ESPAP na norma ISO 27001.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3761	1.4.11.2	Avaliação dos Organismos da rede MF, excluindo a AT	Contratação de serviços para avaliação da maturidade e conformidade das entidades da área governativa do Ministério das Finanças de acordo com a framework 27001.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3762	1.4.11.3	Definição de plano dos organismos	Definição de um plano em articulação com cada organismo da aplicação das políticas mínimas de acordo com a definição da medida 1.4.10.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3763	1.4.11.4	Implementar uma solução centralizada de gestão de controlo de acesso à infraestrutura AT	Visa implementar uma solução de gestão para controlo de acessos e compliance para os postos de trabalho atentos a um crescimento das soluções em mobilidade e/ou instaladas em espaços partilhados da AP e às crescentes ameaças de segurança.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3764	1.4.11.5	Rever a estrutura geral de perfis e do sistema de Gestão de Utilizadores (M18 - Plano de Ação AT em matéria de reforço da segurança da informação, proteção de dados pessoais e confidencialidade fiscal)	Melhorar o processo de atribuição e inibição do acesso aos recursos informáticos, tendo em atenção o Plano de Ação da AT em matéria de segurança da informação, proteção de dados pessoais e confidencialidade fiscal.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3765	1.4.11.6	Processo de certificação ISO IEC 27001/2013 (M07)	Revisão dos processos e soluções tecnológicas de segurança tendo em vista a certificação da AT com base na norma ISO IEC 27001:2013.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3766	1.4.11.7	Implementar mecanismos tecnológicos de controlo e monitorização de acessos a bases de dados (M13)	Reforço dos mecanismos de controlo dos acessos aos dados com especial enfoque nos dados protegidos por lei, tendo por base o novo regulamento geral de proteção de dados da União Europeia.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3767	1.4.11.8	Normalização dos Logs das aplicações (M16) e da arquitetura de monitorização dos registos informáticos	Visa proporcionar uma visão unificada dos trilhos de auditoria independentemente do tipo de recurso informático acedido, de molde a evidenciar o cumprimento do novo regulamento geral de proteção de dados da União Europeia.	AT	Concluído	Outros	Administração Pública
CTIC3768	1.4.11.9	Elaboração do plano de continuidade e de salvaguarda da informação e operacionalização do Centro Alternativo da AT ; sistema de gestão de perfis , de gestão de utilizadores de proteção de webservices e de PKI redundantes	Aumento da capacidade de resiliência operacional da AT e da salvaguarda de informação sensível.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3769	1.4.11.10	Proteger a troca de informação entre a AT e outras entidades	Reforço do sistema de segurança dos serviços web tendo em vista a proteção das transações entre a AT e outras entidades, atendendo ao Programa Simplex.	AT	A decorrer	Outros	Empresas

Plano Setorial das TIC para o Ministério das Finanças

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição Iniciativa	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3770	1.4.11.11	Reforço da Arquitetura Analítica da AT - Instalar um sistema de autenticação reforçada	Reforçar o sistema de controlo de acessos aos recursos informáticos de acordo com o novo regulamento geral de proteção de dados da União Europeia.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3771	1.4.11.12	Proteção da rede interna	Proteção de antivírus e da rede sem fios.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3772	1.4.11.13	Proteção do perímetro	Controlo de acessos, filtragem de tráfego, renovação das firewalls (2019) e do sistema de proteção de correio eletrónico (2019), expansão da solução Global Protect e renovação do sistema de prevenção de intrusões.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3773	1.4.11.14	Gestão dos riscos de segurança	Análise e tratamento dos riscos de segurança com base em ferramenta informática.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3774	1.4.11.15	Análise de vulnerabilidades de segurança	Análise de vulnerabilidades persistente externa; Análise de vulnerabilidades interna.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3775	1.4.11.16	Monitorização, avaliação e correlação de eventos	Deteção e controlo das violações às políticas de segurança em vigor.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3776	1.4.11.17	Centro Alternativo da AT - Implementação do centro de dados secundário (AT) (pré-requisito para a implementação de medidas Simplex +)	1. Upgrade do mainframe; 2. Renovação tecnológica do ScaleOut; 3. Aquisição/Expansão da SAN; 4. Expansão da AP - Appliance Exadata com Storage Expansion; 5. Expansão da AP - Appliance Exalogic; 6. Expansão da solução de backups de tapes virtuais do sistema central; 7. Expansão da solução robótica; 8. Expansão da solução de backups Windows Based (DPM); 9. Aquisição da Converged Appliance para ambientes Físicos e Virtuais; 10. Expansão da Solução de blades; 11. Aquisição da appliance Zero dataloss recovery para base de dados Oracle (OLTP, DW e NOSQL).	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3777	1.4.11.18	Reforço na componente de segurança com WAF	Aquisição de solução Web Application Firewalls (WAF).	DGAEP	Concluído	Outros	Administração Pública
CTIC3778	1.4.11.19	Reforço na componente de segurança com secure Web Gateways	Aquisição de solução secure Web Gateway Blades Package - integrar em solução já existente.	DGAEP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3779	1.4.11.20	Renovação da IE de suporte do plano de continuidade dos sistemas centrais que importam o parque informático distribuído	Renovação dos servidores que suportam a solução de continuidade no Centro Alternativo; Expansão do licenciamento existente necessário para este processo para acomodar as novas necessidades.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3780	1.4.12.1	Implementação e operacionalização de um Sistema de Gestão e Correlação de Eventos de Segurança, visando a segurança da Informação, para a área governamental das Finanças.	Implementação e operacionalização de solução de SIEM para os sistemas de informação da área governativa do Ministério das Finanças expostos à Internet e para os sistemas de informação da eSPap; Implementação e operacionalização de Sistema de Classificação da Informação na eSPap.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Plano Setorial das TIC para o Ministério das Finanças

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição Iniciativa	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3781	1.4.12.2	Implementação do SOC (Security Operational Center) para a área governamental do MF.	Equipa para reação dos incidentes de segurança.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3782	1.4.12.3	Alargamento da solução do Sistema de Gestão e Correlação de Eventos de Segurança (SIEM), visando a segurança da Informação às Entidades da área governamental do Ministério das Finanças.	Alargamento da solução de SIEM aos sistemas de informação a 3 entidades da área governativa do Ministério das Finanças; Alargamento da solução de SIEM aos sistemas de informação às restantes entidades da área governativa do Ministério das Finanças; Alargamento, implementação e operacionalização, de Sistema de Classificação da Informação às entidades da área governativa do Ministério das Finanças.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3783	1.4.12.4	Definição e implementação de um Sistema de Continuidade de Negócio na eSPap, a fim de aumentar o nível de fiabilidade, qualidade e seguranças dos serviços oferecidos	Efetuar um piloto em 2017 para a externalização das cópias de Segurança e um sistema de informação; Em 2018 Alargar o âmbito aos restantes serviços da ESPAP em regime de hosting; Em 2019 incluir os serviços dos organismos em housing.	ESPAP	Por iniciar	outros	Administração Pública
CTIC3784	1.4.12.5	Infraestrutura de armazenamento (Storage) para realização das cópias de segurança e replicação no Datacenter Alternativo	Incrementar a segurança dos dados com a implementação da replicação para o Data Center alternativo.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3785	1.4.12.6	Reformulação da Infraestrutura de serviços e conectividade IDC para o Portal das Finanças	Visa submeter à concorrência a actual arquitectura prevendo o aumento da capacidade de acesso, dos sistemas de gestão e segurança, numa lógica de continuidade de serviço no Centro Alternativo.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3786	1.4.13.1	Articulação ponto de contacto com o CNCS	Em termos tecnológicos a atividade 1.4.11 e 1.4.12 reflete os meios, recursos e respetivos custos para a área governativa do Ministério das Finanças; Além dos meios tecnológicos a atividade 1.4.12 reflete ainda iniciativas para aferir o estado de conformidade e maturidade das entidades em relação à segurança da informação, tendo por base a framework 27001. Paralelamente e estando a eSPap a trabalhar com o CNCS sobre a temática, estão previstas um conjunto de iniciativas (reuniões globais conjuntamente com o CNCS e/ou reuniões específicas com as entidades que manifestarem essa intensão/necessidade), para garantir a articulação das entidades da área governativa do Ministério das Finanças, de acordo com o grau de maturidade tipificado com o CNCS, com o nível de conformidade exigido.	ESPAP	Concluído	Outros	Administração Pública

Eixo 2 – Inovação e Competitividade

Medida 5 – Identificação Eletrónica

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3787	2.5.2.1	Single Sign-On com o Autenticação.Gov.Pt	Permitir o estabelecimento de uma relação de confiança entre o Autenticação.Gov.Pt e o Acesso.gov.pt (Portal das Finanças) - federação entre portais.	AT	Concluído	Outros	Cidadãos
CTIC3788	2.5.2.2	Balcão Único INA 2.0	Simplificação do acesso ao balcão único do INA, com recurso à autenticação única dos cidadãos, e adaptando o site às novas exigências nomeadamente no que respeita à segurança.	INA	Por iniciar	Outros	Cidadãos
CTIC3789	2.5.2.3	Disponibilizar CMD no Portal das Finanças	Disponibilizar Autenticação com base na Chave Móvel Digital no Portal das Finanças	AT	Concluído	Outros	Cidadãos
CTIC3790	2.5.3.1	SCAP @ GERUP e GERFIP	Disponibilizar autenticação a dirigentes e funcionários públicos no GERFIP e GERUP, com base no SCAP	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Medida 6 – Transparência e Participação

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3791	2.6.1.1	Plataforma do Sistema de Formação Profissional da A.P	Criação da plataforma de dados de gestão da formação profissional da AP segundo os requisitos do novo modelo em aprovação pela Tutela, e disponibilização no portal Dados.gov.pt.	INA	Por iniciar	SAMA (em curso)	Administração Pública
CTIC3792	2.6.2.1	Otimização do acompanhamento e monitorização da eficiência	Desenvolvimento de processos e sistemas que garantam a criação de um painel integrado, representativo dos principais indicadores de eficiência, garantindo assim o acompanhamento atempado e transversal da performance e desempenho da organização.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3793	2.6.3.1	Portal GPEARI	Desenvolvimento de um portal colaborativo para o GPEARI que contribua para a divulgação de informação relevante para o setor, para a partilha em protocolo seguro de informação com os principais stakeholders e para a consolidação de fontes informacionais. O portal incluirá, na fase I, uma página eletrónica informativa, um módulo de intranet colaborativa e uma área reservada de extranet para partilha de dados com os Gabinetes e outros Stakeholders, nomeadamente MNE, IGCP, REPER, etc; Na fase II pretende-se a construção do Sistema de informação de indicadores de acompanhamento, previsão e análise económica, que permitirá uma melhoria na qualidade, versatilidade e abrangência da informação disponível ao cidadão, empresas, Gabinetes ministeriais, universidades e instituições internacionais. Este projeto assentará os seus objetivos em três pilares fundamentais, que vêm responder à estratégia na área das TIC, contribuindo para: (i) uma maior transparência na partilha de informação, nomeadamente disponibilizando ao cidadão, empresas e meio académico informação relevante produzida na AP e consolidada num acervo centralizado, com garantias de fiabilidade e tempestividade; (ii) melhorias no desenvolvimento dos processos internos e consolidando as fontes informacionais gerando ganhos de eficiência e qualidade da informação prestada; (iii) a formalização e aumento de segurança nas trocas de informação com os principais clientes, nomeadamente os Gabinetes.	GPEARI	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3794	2.6.3.2	SIRIEF – INTEROP	Tendo sido considerada uma operação de carácter estratégico, o SIRIEF_INTEROP passou a integrar as medidas do programa Simplex + 2017 através da sua medida nº 64 "Reporte + Simples do Setor Empresarial do Estado". Esta medida visa simplificar o reporte de informação económico e financeiro das empresas do setor empresarial do Estado (SEE), incluindo as entidades empresariais do Serviço Nacional de Saúde, através de webservices que permitam às entidades da AP obter a informação de que necessitam diretamente dos sistemas de informação das entidades do SEE. Pretende-se assim aumentar o automatismo, a capacidade de monitorização e o acompanhamento, assim como diminuir o erro de reporte com sistemas de controlo. A operação SIRIEF_INTEROP concorrerá significativamente para a redução de custos de contexto, tanto das empresas como da Administração Central, permitindo simplificação e automatização do reporte de informação de natureza económica e financeira por parte das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) e posterior recolha e tratamento de forma integrada e automatizada deste reporte. De uma forma descentralizada e amigável, cada entidade do SEE poderá aceder ao sistema e disponibilizar a respetiva informação, tornando-se o SIRIEF_INTEROP o canal privilegiado e único de comunicação entre as entidades do SEE e o próprio Estado. Esta situação trará um aumento de eficiência, evitando duplicação de trabalho por parte das entidades que têm neste momento que prestar contas sobre informação de natureza muito semelhante a diversas entidades da Administração Central. Por outro lado, evitará que as entidades do SEE desenvolvam de forma paralela e não contextualizada sistemas e ferramentas informáticas que deem resposta às presentes necessidades. As vantagens da implementação deste projeto decorrem, naturalmente: a) Para a Administração como um todo, que passará a dispor de informação mais credível, mais tempestiva e fiável em períodos de tempo mais curtos e a partir de um Sistema de Informação único, com ganhos em termos de libertação de recursos, de aumento de qualidade, de transparência e de capacidade de preparação da tomadas de decisão fundamentadas por parte dos membros do governo; b) Para o cidadão comum, beneficiário último das reduções de gastos da Administração Central, o qual poderá também aceder a essa informação melhorada de forma gratuita através dos sites dos organismos públicos especialmente vocacionados para o efeito, promovendo desta forma uma aproximação e transparência do Estado face à sociedade e proporcionando uma cidadania mais ativa e informada; c) Para as próprias empresas que passarão a reportar a informação com uma redução expressiva da carga administrativa associada. O projeto compreenderá, essencialmente, duas componentes: aquisição de software base e desenvolvimento de novas funcionalidades.	DGTF	A decorrer	SAMA (em curso)	Cidadãos; Empresas; Administração Pública
CTIC3795	2.6.3.2	SIAPE - Sistema de Informação de Apoio às Participações do Estado	O SIAPE pretende ser uma ferramenta de gestão e produção de informação, da participações do Estado, nas suas diferentes vertentes e tomando em consideração as suas especificidades. O SIAPE será composto por três módulos: Carteira de Participações do Estado; Esforço Financeiro do Estado; Órgãos Sociais Nomeados.	DGTF	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Medida 7 – Serviços Eletrónicos

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3796	2.7.1.1	e-Balcão e APM	Extensão da utilização do CRM da AT, permitindo a cobertura integral do ciclo de atendimento nos diversos canais. Utilização do serviço e-Balcão e do Atendimento Presencial por Marcação como pontos de atendimento preferenciais.	AT	A decorrer	Outros	Cidadãos; Empresas
CTIC3797	2.7.1.2	Reformulação da Infraestrutura e do modelo do Serviço de Atendimento telefónico da AT - Contact Center	Pretende-se submeter à concorrência um novo modelo para um Contact Center omnicanal da AT, evoluindo a arquitectura para novos serviços de atendimento automatizado, assente em diferentes canais de comunicação e potenciando iterações online com sistemas aplicacionais	AT	A decorrer	Outros	Cidadãos; Empresas
CTIC3798	2.7.1.3	(M 32 - Simplex +) Agendamento online de reuniões com a AT	Tornar possível o agendamento online de reuniões presenciais com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), evitando a necessidade de espera nos serviços de finanças e permitindo um atendimento mais especializado.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3799	2.7.1.4	Evolução Portal das Finanças - (M187 - Simplex+) Portal das Finanças +	Reformulação do Portal das Finanças, orientando a disponibilização de serviços e conteúdos às necessidades dos cidadãos e contribuintes, tornando mais acessível a informação fiscal, e facilitando a pesquisa dos esclarecimentos em matéria fiscal quer para cidadãos quer para empresas.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3800	2.7.1.5	Gestão de serviços comuns	Pretende-se disponibilizar um ponto único de acesso (balcão único) aos serviços partilhados no âmbito dos protocolos de prestação partilhada de serviços, que permita gerir todas as interações entre as entidades, integre com os processos desmaterializados e faça o controlo transparente do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos; Pretende-se, ainda, disponibilizar serviços de interoperabilidade para acesso ao arquivo digital na plataforma de interoperabilidade da AP (IAP), adotando um modelo centralizado (em vez de ligações ponto-a-ponto), e utilizar a macroestrutura funcional (MEF) e os processos de negócio (PN) como instrumento semântico (linguagem comum) na recuperação da informação. Rever/Definir Catálogo de Serviços; Implementar o Balcão Único (Portal Web + Sistema de GD); Recolher e tratar indicadores (níveis de serviço); Disponibilizar indicadores de desempenho/negócio para os nossos clientes (on demand e relatórios pré-definidos).	SG	Por iniciar	SAMA (aprovado)	Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3801	2.7.1.6	Renovação tecnológica da atual Plataforma de Sistema de Informação para Gestão de relacionamento com o Beneficiário (SIGERB) com disponibilização de novas funcionalidades	Reformular o SIGERB com o objetivo de o tornar mais eficiente e intuitivo, usando uma comunicação mais próxima do beneficiário, com automatismos de integração com outros sistemas e apresentando novas funcionalidades, desmaterializando, reduzindo e simplificando as fases procedimentais.	SSAP	A decorrer	Outros	Cidadãos
CTIC3802	2.7.5.1	DCC	Integração de Processos de Receita (DCC - Documento Contabilístico e de Cobrança) O DCC - "Documento Contabilístico e de Cobrança" é a designação de um sistema que constituirá uma evolução do atual DUC. Esta solução pretende contribuir para a otimização da gestão dos fundos públicos, por um lado, através da evolução de processos já existentes - fluxos entre a DGO, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) e as entidades cobradoras de receitas, no âmbito do Documento Único de Cobrança (DUC) – e, por outro, sendo um passo na evolução futura dos sistemas, a sua articulação com uma "conta única no tesouro" e a integração com a contabilidade. Pretende-se passar a ter um conhecimento centralizado de toda a receita, bem como da tempestividade da liquidação e da cobrança, por forma a conhecer a receita gerada e as fases em que a mesma se encontra no âmbito da AC, envolvendo todas as entidades do perímetro que liquidam, cobram e beneficiam da receita do Estado (geral e própria). Este sistema viabilizará adequadas projeções de curto e médio prazo de entradas de fundos na optica da contabilidade financeira e da gestão de tesouraria das	UniLEO	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3803	2.7.6.1	Desenvolvimento e implementação de uma solução de Business Intelligence sobre o Sistema de Gestão Documental	Implementação de uma ferramenta que permita a tomada de decisão estratégica e o acompanhamento interno da performance e resposta a solicitações em processos críticos; Esta solução com base na Plataforma Fabasoft visa melhorar o desempenho do negócio e da organização através de um controlo de gestão mais eficaz, sendo necessário a definição dos protocolos de extração dos dados e metadados dos processos e a criação de interface automático de ligação entre a gestão documental e o sistema de correio eletrónico (forma preferencial de troca de informação no GPEARI), numa perspetiva de desmaterialização total dos processos.	GPEARI	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3804	2.7.6.2	Soluções de Mobilidade na AT - App pagamento de impostos	Criar uma aplicação (app) móvel com avisos de pagamentos de impostos. Numa segunda fase pretende-se a integração com o sistema de pagamentos da SIBS para que o próprio pagamento possa ser efetuado através da app no telemóvel ou tablet.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3805	2.7.7.1	IRS Automático	(M 4 - Simplex +) - Acabar gradualmente com a necessidade de entrega da declaração de IRS para os contribuintes que apenas auferiram rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e para os aposentados e reformados (categoria H), sendo o imposto a pagar ou a receber calculado com base na informação já disponível pela AT, sem prejuízo da possibilidade de reclamação por parte dos sujeitos passivos.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos
CTIC3806	2.7.7.2	(M 8 - Simplex +) Pagamentos impostos direto	Admitir a possibilidade de os contribuintes pagarem os seus impostos por débito direto.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3807	2.7.7.3	(M 12 - Simplex +) Espaço Óbito	Criar, em projeto-piloto, o Espaço Óbito que reúne num único local de atendimento um conjunto de serviços transversais a várias entidades, públicas e privadas, a que é necessário recorrer após o falecimento de um familiar. Este novo serviço será disponibilizado na rede de serviços do Ministério da Justiça.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas; Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3808	2.7.7.4	(M35 - Simplex +) Alteração da morada de uma só vez +	Tirar partido do processo de alteração da morada subjacente ao Cartão de Cidadão, permitindo, mediante consentimento, a comunicação entre as diversas entidades públicas e, sempre que solicitado pelo cidadão, comunicar a morada declarada e confirmada (com o envio de carta para a morada indicada pelo cidadão) também a outras entidades, nomeadamente para serviços económicos de interesse geral (água, luz, gás, comunicações e outros). Prevê-se que o projeto seja implementado em 2 partes: i) Na Internet, via Portal de Cidadão, o cidadão poderá autorizar que outras entidades sejam notificadas da alteração de morada; ii) Presencialmente nas Lojas do Cidadão e Balcões de Cartão de Cidadão, beneficiando do sistema de Ciclo de Vida do Cartão de Cidadão. No âmbito desta medida será também disponibilizado um mecanismo central de autorizações que permita ao cidadão num só local - o Portal de Cidadão - dar autorização para a transmissão de informação entre entidades públicas.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas; Administração Pública
CTIC3809	2.7.7.5	(M89 - Simplex +) Declaração Mensal de Remunerações para as finanças automática	Operacionalizar e ampliar o pré-preenchimento da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) com os dados do mês anterior, reduzindo o tempo que as empresas passam a preencher a DMR.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3810	2.7.7.6	(M105 - Simplex +) Eliminação parcial da Declaração de Retenções na Fonte	Eliminar a Declaração de Retenções na Fonte quanto ao trabalho dependente, na medida em que tal informação já consta da Declaração Mensal de Remunerações.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3811	2.7.7.7	(M114 - Simplex +) Estatuto exportador online	Criar um formulário eletrónico com o pedido destinado a ser preenchido pelas empresas que pretendam solicitar o estatuto de exportador autorizado para efeitos de emissão de provas de origem, substituindo o atual formulário em papel.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3812	2.7.7.8	(M130 - Simplex +) IES +	Simplificar o preenchimento dos Anexos A e I da Informação Empresarial Simplificada, eliminando cerca de metade do número de quadros e campos a preencher e pré-preenchendo uma parte significativa dos restantes campos, com informação extraída do SAF-T (Standard Audit File for Tax Purposes). Numa segunda fase, serão simplificados os restantes anexos.	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3813	2.7.7.9	(M132 - Simplex +) Imposto Único de Circulação de uma só vez	Dispensar os contribuintes de apresentarem anualmente prova documental dos pressupostos das isenções de IUC (Imposto Único de Circulação) sempre que as informações necessárias já constem das bases de dados do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, como no caso dos táxis.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3814	2.7.7.10	(M144 - Simplex +) Isenção IMI + simples	Dispensar o pedido de isenção do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) sempre que a Autoridade Tributária e Aduaneira já disponha da informação necessária, como seja no caso da aquisição da habitação própria e permanente.	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Cidadãos
CTIC3815	2.7.7.11	(M145 - Simplex +) IVA + simples para Bombeiros	Simplificar o procedimento de restituição de IVA às Associações de Bombeiros.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3816	2.7.7.12	(M146 - Simplex +) IVA + simples para Instituições Particulares de Segurança Social	Desburocratizar os pedidos de reembolso de IVA suportado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3817	2.7.7.13	(M175 - Simplex +) Pagamentos alfandegários + simples	Implementar o sistema de pagamentos DUC (Documento Único de Cobrança) na área alfandegária.	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3818	2.7.7.14	(M184 - Simplex +) Plataforma Renda Apoiada	Criar uma plataforma eletrónica destinada a organizar e manter atualizada a informação sobre as habitações arrendadas no regime de arrendamento apoiado e	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3819	2.7.7.15	(M200 - Simplex +) Processos inspetivos fiscais online	<p>Introduzir a desmaterialização do procedimento inspetivo, proporcionando assim aos contribuintes inspeccionados, a disponibilização, na sua área do Portal das Finanças, de todas as fases do procedimento inspetivo a que venham a estar sujeitos, garantindo também o acesso ao histórico do procedimento.</p> <p>Com esta medida, pretende-se não só simplificar a interação entre os contribuintes e as equipas de inspeção, mas também garantir uma melhoria efetiva na disponibilização da informação, já que, por exemplo, os projetos de relatório de inspeção ficarão disponíveis, de imediato de forma desmaterializada, evitando-se a complexidade e a morosidade dos processos de impressão e expedição em correio normal. Garante-se também ao contribuinte que o seu direito de participação possa ser exercido pela mesma via.</p>	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3820	2.7.7.16	(M208 - Simplex +) Reembolso de IVA para sujeitos fora da Comunidade + simples	Possibilitar a submissão eletrónica do pedido de reembolso de IVA e implementação de regras de controlo e validação automáticas.	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Cidadãos; Administração Pública
CTIC3821	2.7.7.17	(M244 - Simplex +) Sistema Fiscal Automóvel + simples	Simplificar o sistema fiscal associado ao automóvel, através das seguintes iniciativas: - Permitir a disponibilização do cálculo automático de alguns campos da Declaração Aduaneira de Veículo (DAV); - Suprimir o formulário Modelo 211068; Simplificar o pagamento do Imposto sobre veículos (ISV); Melhorar a integração da Declaração Aduaneira de Veículo e do Documento Único Automóvel.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3822	2.7.7.18	(M248 - Simplex +) Tax Free + simples	Criar um sistema simplificado de certificação da saída de bens transportados pelos viajantes, para efeitos de reembolso de IVA.	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Cidadãos
CTIC3823	2.7.7.19	(Projeto comunitário) Customs Decisions	Disponibilizar ao operador económico o pedido e a gestão das respetivas Autorizações Aduaneiras através de uma interface harmonizada.	AT	Concluído	Proj Comunitário	Empresas
CTIC3824	2.7.7.20	(Projeto comunitário) Customs Single Window program	Permitir aos Operadores Económicos o registo eletrónico, uma única vez, da informação requerida pela legislação aduaneira e não aduaneira no movimento das mercadorias nas fronteiras da União.	AT	A decorrer	Proj Comunitário	Empresas
CTIC3825	2.7.7.21	(Projeto comunitário) PoUS Proof of Union Status	Disponibilizar meios eletrónicos para produzir e armazenar provas de estatuto das mercadorias e respetiva validação quando as mercadorias reentram no território da União.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3826	2.7.7.22	(Projeto comunitário) e-ATA Carnet Project	Disponibilizar um sistema que permita a importação temporária de bens para utilização pontual, por exemplo em demonstrações, feiras, etc..	AT	A decorrer	Proj Comunitário	Empresas
CTIC3827	2.7.7.23	Declarações de Atividade no Portal das Finanças - Reestruturação da Recolha	Simplificação do processo de abertura de atividade, e disponibilização de funcionalidades de suporte às necessidades de gestão da atividade subsequentes.	AT	Por iniciar	Outros	Cidadãos; Empresas
CTIC3828	2.7.7.24	Conceção e desenvolvimento de novo site	Proceder à criação de um site que corresponda às necessidades reais de disponibilização de informação por parte da DGAEP.	DGAEP	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3829	2.7.7.25	Portal da DGTF na Internet	O Portal da DGTF na Internet tem cumprido o objetivo de representar institucionalmente a Direção-Geral no universo Web, bem como o de comunicar com as instituições e os cidadãos no âmbito das suas atribuições, como por ex. toda a comunicação relativa a hastas públicas de bens do Estado. Necessita porém de grandes atualizações, com foco em algumas vertentes, tais como: - A atualização da componente gráfica do site, conferindo-lhe um aspeto mais dinâmico e apelativo para o cidadão; - Adição e atualização da estrutura de conteúdos, de forma a destacar a oferta de conteúdos úteis para as instituições e para os cidadãos; - Implementação de funcionamento multi-browser e multi-device (responsive desktop, tablets e smartphones); - Criação de uma estrutura que suporte a tradução total dos conteúdos para inglês; - Inserção de alterações técnicas tendentes a reforçar a segurança do site.	DGTF	Por iniciar	Outros	Cidadãos; Empresas
CTIC3830	2.7.7.26	IRS com CC e CMD	Permitir entrega IRS com base no Cartão do Cidadão (CC) ou Chave Móvel Digital (CMD).	AT	A decorrer	Outros	Cidadãos; Empresas
CTIC3831	2.7.10.1	Dotar e adequar as infraestruturas Wifi da AP para comunicarem, através do PTT, com autenticação central:	Levantamento das soluções existentes e estudo de viabilidade, definindo e caracterizando as opções tecnológicas e requisitos técnicos da solução, e elaboração das peças de concurso para a aquisição do hardware e software; Implementação da infraestrutura e tecnologia necessária à implementação da solução e de piloto com 3 entidades; Alargamento às entidades da AP.	ESPAP	Por iniciar	SAMA (em curso)	Administração Pública
CTIC3832	2.7.11.1	Implementar o Arquivo Digital	Preende-se implementar um arquivo digital que assegure a gestão da informação digital segundo os instrumentos legais atuais (temáticos) e futuros (funcionais), com particular enfoque na adoção dos resultados do projeto ASIA (avaliação suprainstitucional da informação arquivística) e do modelo de requisitos para sistemas de gestão de informação de arquivo (MoReq2010), mais concretamente: a) Implementar a plataforma de Arquivo Digital (MoReq2010, enterprise search); b) Disponibilizar consulta online aos cidadãos; c) Disponibilizar gestão de arquivo (interno); d) Integrar com aplicações (a definir).	SG	Por iniciar	SAMA (aprovado)	Administração Pública
CTIC3833	2.7.11.2	Alargamento da solução de arquivo digital aos restantes organismos da Rede MF	Fases: 1 - Aquisição de base de dados de descrição arquivística normalizada (contemplando as regras ISAD-G, EAD e Dublin Core); 2 - Tratamento da documentação em suporte papel: - higienização/expurgo; - identificação da documentação; - avaliação da documentação (com possível elaboração de relatório de avaliação e seleção a enviar à DGLAB); - descrição da documentação na base de dados acima referida (ou migração de dados pré-existent); 3 - Digitalização da documentação (pode ser feita a partir da base de dados ficando automaticamente os metadados agregados); 4 - Criação de um portal dos arquivos digitais do Ministério das Finanças com a agregação de cada uma das bases de dados dos diversos organismos. Inclui: - Digitalização de cerca de 18.000 unidades de instalação (pastas) relativas a documentação dos ex-Serviços Sociais e igualmente dos SSAP, que equivale a 1.530 metros lineares de arquivo; - Digitalização de mais de 9.000 metros lineares de arquivo da DGTF; - Digitalização do arquivo existente no GPEARI desde 2007 e das DGEP e DGAERI (extintas) anteriores a 2007. Estima-se a existência de cerca de 300 metros lineares de arquivo e digitalização da documentação considerada onde se inclui informação relevante, nomeadamente nas áreas do acompanhamento da política europeia e da cooperação internacional.	SG	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3834	2.7.12.1	Capacitar os SSAP com uma plataforma partilhada de gestão documental e de processos.	Uma plataforma de gestão documental interna que permita: uniformizar os canais de informação e partilha de dados; desmaterializar os processos administrativos.	SSAP	A decorrer	Outros	Administração Pública

Plano Setorial das TIC para o Ministério das Finanças

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3835	2.7.12.2	Simplificação e desmaterialização dos processos críticos do INA: Formação, Recrutamento & Seleção e Requalificação	Reengenharia e implementação dos novos processos nas plataformas eletrónicas de suporte que deverão integrar funcionalidades da iAP: a) SIGEF; b) 'Recrutamento & Seleção'; c) BEP. Integração dos documentos dos novos processos desmaterializados no Sistema de Gestão Documental do INA, interoperável com os de outros organismos.	INA	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3836	2.7.12.3	Desmaterializar de Processos	(Levantamento e Desmaterialização juntos) Efetuar o Levantamento, Análise e Modelação de Processos Comuns/Transversais e Específicos: Desmaterializar os processos da SGMF, suportando-os na plataforma existente (Plêiades) e disponibilizando os processos transversais e comuns aos restantes organismos aderentes. Esta atividade consiste na identificação dos processos por função (MEF), na modelação dos mesmos e na identificação dos indicadores de desempenho e risco. Desmaterializar de Processos: Atualizar tecnologicamente a solução de gestão documental e workflow parametrizando-a através os requisitos ASIA e MoReq2010. A desmaterialização incluirá processos comuns (iguais entre vários Organismos), processos transversais (vários intervenientes) e processos específicos da SGMF.	SG	A decorrer	SAMA (aprovado)	Administração Pública
CTIC3837	2.7.12.4	Expansão do SPDoc	Roll-out do pacote base do SPDoc a organismos da AP numa base de configuração para o organismo e aquisição de 50 licenças; Considerar roll-out de 2 organismos por ano.	ESPAP	A decorrer	SAMA (em curso)	Administração Pública
CTIC3838	2.7.12.5	Reformulação do sistema central de impressão e fecho de documentos a enviar aos contribuintes	Aumento da capacidade de produção, maior flexibilidade para se adoptar outros cenários de impressão e redução de custos de operação.	AT	Cancelado	Outros	Administração Pública
CTIC3839	2.7.12.6	Novas Funcionalidades do Procedimento Inspetivo	Implementação de novas funcionalidades tributárias e aduaneiras que sirvam de suporte à simplificação dos processos e à sua desmaterialização.	AT	Por iniciar	Outros	Empresas
CTIC3840	2.7.12.7	Integração e desmaterialização do relacionamento da IGF com cidadãos, empresas e entidades públicas	Levantamento detalhado de requisitos dos processos; Reengenharia e desmaterialização dos processos; Desenvolvimento, teste e instalação dos componentes da solução; Divulgação interna e externa junto dos destinatários; Colocação em produção na infraestrutura da ESPAP.	IGF	A decorrer	SAMA (em curso)	Cidadãos; Empresas; Administração Pública
CTIC4717	2.7.8.1	Centralização de postos de trabalho virtuais nos Data Center da Autoridade Tributária	Potenciar o trabalho em mobilidade na AT e reduzir o custo de propriedade do posto de trabalho.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC4718	2.7.12.8	Sistema de Gestão Documental	Dotar a DGTF com um sistema que permita uma melhor e maior capacidade de gestão documental, melhorando a eficiência operacional através da eliminação de redundâncias e da otimização dos fluxos documentais trazendo melhorias na qualidade do serviço, com diminuição de tempos de resposta e aumento de eficiência. Sendo a desmaterialização dos processos com a conseqüente diminuição da circulação de papel, o objetivo maior. Sistema com mecanismos de controlo e de reporting, essenciais para uma gestão mais eficiente da informação e um repositório único e centralizado de arquivo de documentos.	DGTF	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC4723	2.7.7.27	IRS Automático+	(M 59/2017) Evolução dos trabalhos iniciados com a M 4/2016 Simplex IRS Automático	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC4725	2.7.1.7	Evolução Portal das Finanças 2ª fase	Continuação dos trabalhos de melhoria dos serviços e conteúdos disponibilizados no Portal das Finanças, orientados às necessidades dos cidadãos e operadores económicos, tornando mais acessível a informação fiscal e facilitando a pesquisa dos esclarecimentos em matéria fiscal quer para cidadãos quer para empresas.	AT	Por iniciar	Outros	Cidadãos; Empresas

Medida 8 – Inovação Setorial

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3841	2.8.1.1	Atualização dos sistemas de informação da DGTf de forma a corresponder às exigências do futuro sistema "Entidade Contabilística Estado"	Este projeto poderá implicar alterações designadamente nos sistemas de informação: SIGE, SIRC, SIE e SIRIEF da DGTf.	DGTf	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3842	2.8.1.2	Serviços partilhados de PMO na Administração Pública	Os objetivos da operação consistem na potenciação da adoção de standards e boas práticas internacionais em matéria de gestão estratégica e de projetos, através da disponibilização do serviço partilhado de PMO (SPPMO) alicerçado numa solução tecnológica de elevada robustez, que respeita os princípios da administração aberta, cumpre os requisitos de interoperabilidade e de autenticação e se encontra alinhada com as melhores práticas internacionais. A proposta de valor do SPPMO engloba uma solução integrada composta por uma solução centralizada de gestão de Portefólio e Projetos (PPM), mantida pela eSPap, em datacenters públicos, com garantia de confiança, fiabilidade e disponibilidade. A solução é disponibilizada numa filosofia de Software as a Service, beneficiando o cliente das funcionalidades de base do produto, assim como das evoluções que a eSPap venha a incorporar decorrentes dos seus processos de monitorização da qualidade do serviço e melhoria contínua. A utilização desta ferramenta permitirá a criação de uma plataforma única com informação consolidada, conduzindo a uma maior agilização dos processos e à obtenção de melhor informação de apoio ao processo de decisão.	ESPAP	A decorrer	SAMA (em curso)	Administração Pública
CTIC3843	2.8.1.3	(M82 - Simplex +) Contacorrente	Possibilitar a compensação de créditos entre os contribuintes e o Estado, nos casos em que este último é devedor dos contribuintes. Numa primeira fase, apenas para os casos tendo por base as ações judiciais transitadas em julgado em que o Estado tenha sido judicialmente condenado ao pagamento de quantias certas, líquidas e exigíveis.	AT	Por iniciar	SIMPLEX +	Cidadãos; Administração Pública
CTIC3844	2.8.1.4	(M109 - Simplex +) Empresas registadas com CAE secundária	Possibilitar a associação de mais do que um Código de Atividade Económica (CAE) no momento do registo e, subsequente transmissão à Autoridade Tributária para dedução de benefícios fiscais em IRS, evitando deslocações adicionais às Finanças e garantindo que todos os CAEs são registados e relevam para efeitos legais.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3845	2.8.1.5	(M117 - Simplex +) Faturação dos pequenos retalhistas + simples	Simplificar o conteúdo das faturas emitidas pelos sujeitos passivos enquadrados no regime dos pequenos retalhistas (pessoas singulares não sujeitas ao regime de contabilidade organizada para efeitos do IRS e que não tenham tido no ano civil anterior um volume de compras superior a €50.000), indicando-se apenas o preço do bem ou serviço e dispensando-se os outros requisitos legalmente exigidos, como sejam a indicação do preço líquido de imposto e os outros elementos incluídos no valor tributável, e a indicação das taxas aplicáveis e o montante de imposto devido.	AT	Concluído	Outros	Empresas
CTIC3846	2.8.1.6	(M122 - Simplex +) Formulários fiscais sempre disponíveis	Tornar possível a impressão dos formulários da Autoridade Tributária e Aduaneira com validade legal.	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3847	2.8.1.7	(M155 - Simplex +) Limitar penhoras	Limitar as penhoras dos saldos bancários ao valor efetivamente em dívida, criando um mecanismo eletrónico que evite a penhora da integralidade do saldo.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3848	2.8.1.8	Balcão Único para Países Terceiros e Mini-Balcão Único para Sujeitos Passivos da EU (Portal Eletrónico Comunitário) - Integração nos sistemas de cobrança e contabilização de regras comunitárias	Adaptação do sistema a novas regras da CE; Possibilitar o tratamento de ordens de pagamento de substituição enviadas pelos estados membros de identificação, para Portugal; Tratamento de restituições	AT	Concluído	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3849	2.8.1.9	Expurgo funcional da informação de justiça tributária e cobrança	Expurgo da informação da bases de dados operacionais da informação de cobrança voluntária e coerciva.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3850	2.8.1.10	Implementação das campanhas declarativas (exercício de 2016)	Adaptação dos sistemas às alterações legislativas e operacionais dos diversos impostos incluídos nos sistemas de cobrança da AT.	AT	Concluído	Outros	Administração Pública
CTIC3851	2.8.1.11	(Projeto comunitário) AES - Automated Export System	Desenvolver a fase 2 do Export Control System de forma a implementar completamente o AES no que se refere a requisitos de negócio, à integração com o EMCS (Excise Management Control System) e ao desalfandegamento centralizado na exportação.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3852	2.8.1.12	(Projeto comunitário) Transit System including NCTS	Alinhar o sistema de trânsito Comunitário com os novos requisitos do Código Aduaneiro da união bem como implementar novos processos relacionados com a utilização de documentos eletrónicos de transporte.	AT	A decorrer	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3853	2.8.1.13	(Projeto comunitário) EORI2 - Economic Operators Registration and Identification Number	Implementar um novo sistema de operadores económicos registados.	AT	A decorrer	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3854	2.8.1.14	(Projeto comunitário) AEO/EOS - Authorized Economic Operator/ Economic Operator System	Construir um novo sistema de operadores económicos autorizados.	AT	A decorrer	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3855	2.8.1.15	(Projeto comunitário) REX - Registered Exporter System	Implementar um sistema que atualize e complete a informação relativa aos Exportadores Registados estabelecidos em países terceiros e que exportem mercadorias para a União Europeia, ao abrigo de acordos preferenciais. O sistema também incluirá exportadores registados nos Estados-membros com vista à acumulação de origem bilateral nas trocas com a Noruega, Suíça e Turquia.	AT	Concluído	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3856	2.8.1.16	(Projeto comunitário) Special Procedures	Assegurar que a harmonização dos Procedimentos Especiais garanta a implementação das alterações decorrentes do Código Aduaneiro Comum em várias áreas; Construir um sistema de gestão dos dados das "Information sheets".	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3857	2.8.1.17	(Projeto comunitário) Adjustments of the existing import applications under theUCC	Implementar as alterações decorrentes do Código Aduaneiro da União.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3858	2.8.1.18	SAL - Sistema Aduaneiro de Liquidação	Construir um novo sistema de contabilidade aduaneira.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3859	2.8.1.19	Sistema do Licenciamento	Implementar um novo sistema de Licenciamento (área aduaneira).	AT	Concluído	Outros	Administração Pública
CTIC3860	2.8.1.20	Disponibilização da Pauta Aduaneira Comum na Internet.	Implementar um novo sistema para disponibilizar a Pauta na Internet.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Empresas
CTIC3861	2.8.1.21	Optimização dos processos de auditoria e monitorização da qualidade da informação	Desenvolvimento de metodologias, processos e sistemas que garantam a rastreabilidade e monitorização contínuas da qualidade de informação analítica nas suas várias vertentes.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3862	2.8.1.22	Reforço da Arquitetura Analítica da AT - Capacitação e Autonomia na Utilização dos Sistemas Analíticos	Enriquecimento da plataforma analítica através da aquisição de sistemas e desenvolvimento de funcionalidades de SelfService BI que garantam uma maior autonomia e flexibilidade de acesso e exploração dos universos de informação que suportam a tomada de decisão.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública

Plano Setorial das TIC para o Ministério das Finanças

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3863	2.8.1.23	"Campanha" de Cadastro e adaptações aos Orçamentos de Estado (Plurianual)	Implementação das alterações aos processos anuais de execução recorrente e das novas funcionalidades originadas pelas alterações legislativas provenientes dos Orçamentos de estado.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3864	2.8.1.24	Auditoria à informação cadastral - 1ª fase	Realização de auditoria inicial à informação cadastral existente, bem como implementação de algumas melhorias na qualidade da mesma.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3865	2.8.1.25	Auditoria anual à informação cadastral (Plurianual)	Realização de auditoria periódica à informação cadastral existente, bem como implementação de algumas melhorias na qualidade da mesma.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3866	2.8.1.26	Implementação dos processos ITIL de Gestão de Configurações e Alterações	Melhoria dos processos internos de modo a acomodar parte das recomendações de boas práticas na gestão de infraestruturas.	AT	Concluído	Outros	Administração Pública
CTIC3867	2.8.1.27	(M 58 - Simplex +) Balcão do Empreendedor +	Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de webservice para integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente: a) Atividades de prestamistas, leiloeiras e outros previstos no regime jurídico das atividades de comércio e serviços e restauração (RJACSR); b) Atividades relativas ao Mar; c) Atividades relativas à pecuária; d) Licenciamento industrial (SIR); e) Licenciamento industrial (LUA); f) Controlo prévio urbanístico (SIRJUE) . Prevê-se que até Maio de 2017 estejam integrados 40% dos	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3868	2.8.1.28	Expansão do sistema de monitorização SIMRITTA	Capacitar a monitorização com transações sintéticas às restantes aplicações.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3869	2.8.1.29	Plano para diminuir a iliteracia digital dos cidadãos aposentados/beneficiários dos SSAP	Ações decorrentes do Plano de Formação Senior com recurso às TIC, anualmente publicitado pelos SSAP.	SSAP	A decorrer	Outros	Cidadãos
CTIC3870	2.8.1.30	(M 63 - Simplex +) Capitania Online +	Alargar os serviços do balcão único da Autoridade Marítima Nacional - "Capitania Online" - otimizando o seu funcionamento e diversificando as plataformas de acesso aos serviços disponibilizados; Integrar os respetivos serviços com outros sistemas, internos e externos à Autoridade Marítima Nacional, designadamente a Plataforma de Interoperabilidade da AP (iAP), Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Sistema Integrado de Informação da Autoridade Marítima (SIAM), visando aumentar, de forma gradual e consistente, o universo de utilizadores. Implementar este serviço em terminais dedicados, a localizar nas instalações das capitánias dos portos, nas lotas e noutros locais a definir, tais como as lojas do cidadão, através da utilização de Terminal Automático da Capitania Online (TACO) Constitui também um objetivo deste projeto desenvolver a Aplicação para fiscalização pela Polícia Marítima (APPM), tendo em vista proporcionar aos agentes fiscalizadores o acesso em dispositivos móveis à informação que necessitam.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Administração Pública
CTIC3871	2.8.1.31	PLAFIO	O PLAFIO consiste num sistema de informação a desenvolver numa ferramenta de ultima geração tendo o projeto começado a ser implementada em 2016, 2017 e 2018, tendo sido precedido de um projeto piloto que validou e melhorou os objetivos e o âmbito do projeto final.	UnILEO	A decorrer	SAMA (aprovado)	Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3872	2.8.1.32	ECE	A contabilidade da ECE (Entidade Contabilística Estado) deverá ser assegurada por um sistema de informação que permita a execução da contabilidade de acordo com os subsistemas da contabilidade orçamental, contabilidade financeira e, a prazo, da contabilidade de gestão que integram o SNC-AP.	UnILEO	A decorrer	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3873	2.8.1.33	Portal S3CP	Portal do Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas O portal S3CP assegura a receção, controlo e validação e qualidade da informação reacionadas dos subsistemas da contabilidade orçamental e financeira do SNC-AP dos organismos da Administração Publica Central através de mais de 200 regras de validação, designadamente, permissões de envio, períodos de receção de informação, integridade da informação e consistência entre os modelos de integração de informação. Este projeto pretende garantir a qualidade da informação orçamental e financeira em SNC-AP de forma auditável e oportuna por via da conceção e implementação num grupo de entidades-Piloto durante o ano de 2016.	UnILEO	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3874	2.8.1.34	S3CP	S3CP - Sistema Central de Contabilidade e Contas Publicas O S3CP consiste no desenvolvimento do Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas (S3CP) para análise de Informação Orçamental e Financeira e a prestação de contas individuais e consolidadas de natureza orçamental e financeira em em SNC-AP, recebida através do Portal S3CP, o qual contemplará de forma faseada um modelo de integração de informação através de ficheiros em formato xml exportados a partir dos softwares contabilísticos locais.	UnILEO	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3875	2.8.1.35	Implementação do PAEP	Desenvolvimento e implementação da Plataforma da Administração e do Emprego Público.	DGAEP	Removido do novo Plano Setorial	Outros	Administração Pública
CTIC3876	2.8.1.36	Portal Imobiliário Público (Simplex #194)	O Portal Imobiliário Público deverá reunir todos os imóveis públicos disponíveis para instalação de serviços públicos ou para arrendamento do público em geral, com o objetivo de rentabilizar a carteira de imóveis do Estado. Vertentes: Centralização e apresentação da informação sobre os imóveis do Estado disponíveis para instalação dos serviços públicos ou rentabilização; Efetuar leilões eletrónicos. Interação AP: Desmaterialização dos interesses a que legalmente os serviços públicos estão sujeitos em matéria patrimonial em questão de instalações. Interação cidadão: Disponibilizar no portal todos os imóveis disponíveis com toda a informação, incluindo preços; Efetuar leilões eletrónicos.	DGTF	Por iniciar	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas; Administração Pública
CTIC3877	2.8.1.37	(M5 - Simplex +) TUA - Título Único Ambiental	Criar o Título Único Ambiental (TUA) que integra 11 regimes jurídicos e respetivos procedimentos. Trata-se de um processo, um título, uma taxa, que permite aos requerentes entregar todos os elementos instrutórios numa única vez através da internet, integrando todos os procedimentos necessários subsequentes e georreferenciando as atividades económicas numa única base de dados, compatível com a informação cartográfica oficial. Em complemento, a presente medida possibilitará a articulação entre todas as entidades intervenientes, o Balcão do Empreendedor e o sistema da indústria responsável, garantido um processo transparente para os cidadãos, com controlo e harmonização de prazos.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3878	2.8.1.38	(M 13 - Simplex +) Aquacultura + simples	Racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos, designadamente na redução do prazo legal do licenciamento dos estabelecimentos de aquicultura, e reduzir o número de licenças, utilizando os documentos que titulam a ocupação de espaço público e recursos aquáticos, como o título de início de atividade.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3879	2.8.1.39	(M 15 - Simplex +) Licenciamentos turísticos + simples	O licenciamento dos empreendimentos turísticos será simplificado, nomeadamente através da possibilidade de abertura do empreendimento logo após conclusão da obra, redução do número de entidades e de documentos do processo. O processo de localização de empreendimentos turísticos fora dos perímetros urbanos será ainda simplificado, integrando-se num mesmo ato todas as operações urbanísticas e de alteração aos instrumentos de gestão territorial, de forma a dar respostas claras e céleres aos promotores sobre a construção e abertura de empreendimentos turísticos.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3880	2.8.1.40	(M 48 - Simplex +) APP – immigrant welcome	Criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) inclui desde Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), cursos de língua portuguesa para estrangeiros, associações de imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços e departamentos de reconhecimento de qualificações, serviços de saúde, equipamentos de ensino, entre outros. Pretende-se facilitar o acesso das pessoas imigrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania. Além de informação cidadã, este serviço permitirá reduzir os custos financeiros e de tempo gastos em deslocações e procura de serviços.	AT	Cancelado	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3881	2.8.1.41	(M 53 - Simplex +) Atestado Médico Multiuso digital	Uniformizar e desmaterializar o processo de emissão e transmissão de dados de atestados médicos de incapacidade, através de um registo nacional.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos
CTIC3882	2.8.1.42	(M 57 - Simplex +) Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha +	Tornar possível a celebração de contratos mútuos com ou sem hipoteca no Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha. Esta medida inclui a disponibilização de modelos de minutas de contratos e acordos nos respetivos processos, como sejam os de divórcio, herança e poder paternal.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos
CTIC3883	2.8.1.43	(M 241 - Simplex +) Simplificar o regime da ourivesaria e contrastaria	Simplificar o regime de acesso e exercício da atividade da ourivesaria e da contrastaria, como seja o licenciamento, o âmbito de aplicação, as obrigações no exercício da atividade e as regras de contraste.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3884	2.8.1.45	(M 84 - Simplex +) Controlo das existências de bebidas alcoólicas + simples	Fundir numa só as obrigações declarativas à Autoridade Tributária, ao Instituto do Vinho e da Vinha, ao Instituto do Vinho do Douro e Porto, e às Comissões Regionais de Vinhos.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3885	2.8.1.46	(M 90 - Simplex +) Declarações aduaneiras + simples	Interligar os vários sistemas informáticos aduaneiros (STADA e SDS), permitindo avançar no processo de desmaterialização dos processos aduaneiros associados ao fluxo de entrada de mercadorias, através do desenvolvimento e implementação de automatismos que permitem substituir procedimentos manuais por processos informáticos.	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Empresas; Administração Pública
CTIC3886	2.8.1.47	(M147 - Simplex +) Janela Única Aduaneira	Implementar uma plataforma entre os operadores económicos e as entidades fiscalizadoras que aumente a eficiência dos procedimentos de desalfandegamento.	AT	Por iniciar	SIMPLEX +	Empresas; Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3887	2.8.1.48	(M164 - Simplex +) Municípios em linha com a AT	Possibilitar a comunicação eletrónica dos Municípios à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de plantas, alvarás e licenças municipais.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas; Administração Pública
CTIC3888	2.8.1.49	(Projeto comunitário) Notification of Arrival, Presentation Notification and Temporary Storage	Harmonizar a troca de dados entre os operadores e as alfândegas para as notificações de chegada, clarificação da utilização, funções legais e técnicas e o conteúdo da Declaração de Depósito Temporário através dos Estados-membros onde estes elementos estejam sujeitos à chamada Pentalogia (Declaração Sumária de Entrada, Notificação de Chegada, Notificação de Apresentação, Declaração de Depósito Temporário e Declaração Aduaneira).	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3889	2.8.1.50	(Projeto comunitário) GUM Guarantee Management	Assegurar que os dados das garantias utilizadas na importação e exportação que afetem mais do que um Estado-membro possam ser eletronicamente disponibilizadas nos Estados-membros onde as declarações aduaneiras são armazenadas e aceites.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3890	2.8.1.51	STADA Trânsito	Construir um novo sistema de Trânsito com ligação ao respetivo sistema comunitário.	AT	A decorrer	Proj Comunitário	Empresas; Administração Pública
CTIC3891	2.8.1.52	Alfândegas sem papel	Implementar a reengenharia, reajustamento e interoperabilidade dos sistemas nacionais; Parte deste projeto foi objeto da candidatura 012349 ao SAMA para o período 01-01-2014 a 30-09-2018.	AT	A decorrer	SAMA (em curso)	Empresas; Administração Pública
CTIC3892	2.8.1.53	(Projeto comunitário) SIIR (Sistema Integrado de Informação de Referência)	Implementar um novo sistema de de informação de referência com recurso a serviços e ligação ao CS/RD2 (Customs Services/Reference Data).	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC3893	2.8.1.54	(M235 - Simplex +) Senha fiscal na hora	A senha de acesso ao portal das finanças passa a ser gerada aquando da criação do NIF (número de identificação fiscal).	AT	A decorrer	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3894	2.8.1.55	(M 72 - Simplex +) Certidão de inexistência de património	Tornar possível obter online certidões em que se demonstre que o contribuinte não é proprietário de quaisquer prédios.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Cidadãos; Empresas
CTIC3895	2.8.1.56	(M 74 - Simplex +) Certidões de dívida + simples	Simplificar a emissão de certidões de situação tributária para as empresas que possuem dívidas mas que se encontram devidamente garantidas.	AT	Concluído	SIMPLEX +	Empresas
CTIC3896	2.8.1.57	(M169 - Simplex +) Notificações fiscais eletrónicas para não residentes	Criar um sistema de citações e notificações eletrónicas para os contribuintes não-residentes, através do Portal das Finanças, dispensando a obrigatoriedade de nomeação de representante fiscal.	AT	Por iniciar	SIMPLEX +	Cidadãos
CTIC4713	2.8.1.60	Conceção, desenvolvimento e implementação SIOE+	O projeto tem como objeto proceder ao desenvolvimento e implementação de um sistema de informação que permita a recolha, centralização e tratamento de informação sobre a caracterização das entidades do sector público e respetivos trabalhadores, e manutenção evolutiva e corretiva. No âmbito do projeto a desenvolver é recolhida, editada, validada e tratada informação relativa a: a) Dados gerais adicionais de caracterização da entidade e respetivas unidades locais/subentidades, face aos dados atualmente existentes no SIOE e dados sobre a respetiva atividade social; b) Dados individuais de caracterização dos trabalhadores registados em cada unidade local da respetiva entidade, desagregados ao nível de dados elementares (micro dados), designadamente: identificação do trabalhador, data de nascimento, habilitações literárias, vínculo de emprego, profissão, caracterização da situação profissional, regime e duração do trabalho, remunerações, trabalho suplementar e regime de avaliação entidade de vínculo e entidade pagadora das remunerações. Podem ainda acrescer dados que no decurso do projeto sejam considerados imprescindíveis; c) Dados individuais relativos à data e motivo de entrada e saída de trabalhadores de cada entidade; d) Dados individuais sobre prestadores de serviço na entidade, designadamente caracterização do prestador, modalidade contratual, duração e encargo; e) Mapa de Pessoal das entidades.	DGAEP	A decorrer	Outros	Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC4716	2.8.1.44	Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIIE)	Este projeto visa prosseguir a natural evolução do SIIIE, alargando o seu âmbito de simples identificação do imóvel, para uma vertente temporal e gestonária do mesmo. Dará também resposta às recomendações formuladas pelo Tribunal de Contas em matéria de gestão do património imobiliário público.	DGTF	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC4720	2.8.1.61	Conformance Testing Application tool (CTA)	Nova aplicação de testes comunitários para as áreas aduaneiras, fiscais e IEC.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC4722	2.8.1.62	COPIS (Interface with AFIS)	COPIS -anti-COUNTERFEIT and anti-Piracy Information System – é um Sistema de controlo e deteção de contrafação e anti-pirataria de diversas mercadorias.	AT	Por iniciar	Proj Comunitário	Administração Pública
CTIC4724	2.8.1.63	Implementação das campanhas declarativas	Adaptação dos sistemas às alterações legislativas e operacionais dos diversos impostos incluídos nos sistemas de cobrança da AT.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Eixo 3 – Partilha de Recursos

Medida 9 – Centro de competências TIC

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3897	3.9.2.1	Criação na eSPap de centros de competência operacional na área tecnológica	A criação na eSPap de centros de competência operacional na área tecnológica visa garantir: A disponibilidade dos níveis de competência, que os centros de informática da AP carecem urgentemente de forma racional e eficiente; A promoção da inovação e do conhecimento de forma sustentada; A promoção da integração de jovens altamente qualificados em áreas com baixo nível de emprego nas TIC. Perante as atuais competências da eSPap em Sistemas Integrados de Gestão – Enterprise Resource Planning (ERP) – e em Sistemas de Apoio à Decisão – Business Intelligence (BI) – tendo nos seus quadros mais de 20 profissionais experientes em ERP e BI e fruto do alinhamento estratégico com o parceiro tecnológico SAP, foi criada, no Centro de Competência Operacional da eSPap, a competência tecnológica de ERP	ESPAP	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3898	3.9.4.1	Programa da participação dos Stakeholders	Desenvolvimento de um programa de participação de stakeholders para: caracterização dos processos estatísticos TIC e definição do referencial de competências TIC na AP.	INA	Por iniciar	Outros	Empresas; Administração Pública
CTIC3899	3.9.5.1	Evolução do Centro de Aprendizagem Virtual AT	Identificar o GAP de competências TIC na Autoridade Tributária e Aduaneira e criar conteúdos virtuais para a capacitação dos recursos TIC nas tecnologias e processos considerados estratégicos, aproveitando as potencialidades do Centro de Aprendizagem Virtual (plataforma Blackboard) e a experiência adquirida na criação de cursos e-learning para o universo de trabalhadores da AT; Otimização funcional da plataforma.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3900	3.9.5.2	GeCAP	Definição de referenciais de competências TIC.	INA	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3901	3.9.5.3	Diagnóstico de competências	Desenvolvimento de projetos de diagnóstico de competências com identificação dos Gap's.	INA	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3902	3.9.5.4	Forma RH-TIC	Criação de planos de capacitação humana para resposta aos gap's de competências.	INA	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3903	3.9.5.5	Plataforma Nau	Conceber e produzir novos produtos de formação à distância na modalidade MOOC (Massive Online Open Courses), orientados para temáticas transversais relevantes para os trabalhadores em funções públicas e para a relação do cidadão com o Estado e a AP, a integrar na "Plataforma Nau" coordenada pela FCT/FCCN.	INA	A decorrer	SAMA (em curso)	Cidadãos; Administração Pública
CTIC3904	3.9.6.1	Gestão Estratégica de RH-TIC	Efetuar estudo que permita aferir a capacidade da AP em reter RH para assegurar a sustentabilidade das TIC na AP.	INA	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Medida 10 – Centro de dados na Nuvem

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3905	3.10.1.1	Renovar o levantamento existe em CPDs da AP Central	Participação no âmbito da rSPtic no processo de levantamento da capacidade para o serviço de housing e hosting. A informação deste trabalho é relevante para a RSPTIC na operacionalização da rede de serviços.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3906	3.10.1.2	Renovação tecnológica do centro de dados primário (AT) (pré-requisito para a implementação de medidas Simplex +)	Renovação tecnológica do centro de dados primário (AT) - pré-requisito para a implementação de medidas Simplex +.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3907	3.10.2.1	Adequação de facilities do CPD da ESPAP	Dotar a componente de facilities do CPD da ESPAP (no espaço existente), de forma a suportar o preenchimento do espaço com novos serviços: Evoluir as UTA's e alterar a sua tecnologia (passar do corredor técnico para InRow) para aumentar o grau de eficiência e recuperar o investimento em 1 ano na fatura elétrica (baixar o PUE de 1.8 para 1.4); Com o aumento da ocupação da sala é necessário evoluir um dos Sistema de Geração; Com o aumento de ocupação da sala é necessário aumentar os sistemas de UPS; Com o aumento de ocupação da sala é necessário ampliar as UTA's.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3908	3.10.2.2	Ampliação do espaço/ capacidade do CPD da ESPAP	De acordo com a ação de revisão de levantamento de capacidade existente na AP, prever a ampliação do espaço/capacidade do CPD da ESPAP para suportar o preenchimento com novos serviços.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3909	3.10.2.3	Estratégia de Hosting do MF	Realizar a passagem progressiva para modelo de Hosting dos sistemas, aplicações e infraestruturas que se encontram atualmente em modelo de Housing; Passar de os Sistemas de Informação de Housing para Hosting para os organismos da rede do Ministério das Finanças alojados no CPD da eSPap; Levantamento dos atuais sistemas em Housing e de novas necessidades dos Cliente; Identificação dos potenciais sistemas a migrar; Projeto de migração dos serviços.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3910	3.10.3.1	Formalização do catálogo da rSPtic	Garantir que todos os catálogos são integrados e consolidados pela RSPTIC; Os catálogos são agregados para uma oferta consolidada da rSPtic; Publicação do catálogo da rSPtic; Agregação de todos os catálogos Setoriais anteriormente levantados na rSPtic, numa lógica integrada através da prestação de serviços por via da CloudAP; Criação de um ponto único de publicação para os clientes finais, tema já focado no ponto: 3.10.2.2.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3911	3.10.3.2	Adequação de infraestrutura decorreio eletrónico em modelo cloud	Adequar a atual infraestrutura de correio eletrónico em modelo cloud, para os organismos do plano setorial do Ministério das Finanças; Disponibilização de serviços de cloud computing em cloud privada para integração na CloudAP, âmbito rSPtic. No que diz respeito a iniciativas no domínio de cloud computing, foi desenvolvido com sucesso um projeto-piloto para a disponibilização do serviço de email suportado na cloud privada da eSPap. Importa agora disponibilizar o serviço a outros clientes a partir de 2017.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3912	3.10.3.3	Concurso para implementação da cloud AP	Elaborar peças de concurso para a cloud AP e avaliar respostas	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3913	3.10.3.4	Piloto cloud AP para 2 organismos consumidores de serviços - Fase 1	No âmbito da rSPtic efetuar piloto alinhado com o cenário da cloud AP para o serviço de IaaS. Fase 1: 1S 2017 com 2 organismos da rede do Ministério das Finanças; Adequação da infraestrutura de base do CPD para dar suporte ao modelo Cloud: a) Evolução da infraestrutura de swtching do CPD; b)Evolução da infraestrutura de Firewall; c) Evolução da Infraestrutura de Balanceamento.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3914	3.10.3.5	Piloto cloud AP - Fase 2	Fase 2: Efetuar piloto alinhado com o cenário da cloud AP escolhido com o serviço de IaaS. Integração da cloud ESPAP com outros organismos no âmbito da CloudAP, de acordo com o modelo que seja definido no RFI e da peças concursais.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3915	3.10.3.6	Interoperabilidade de ficheiros financeiros	Realizar a evolução da atual plataforma de transferência de ficheiros financeiros tendo em vista o aumento da eficiência operacional.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3916	3.10.4.1	Desenvolvimento do modelo de colaboração para partilha de recursos entre a AP Local e Central	Desenvolver modelo de colaboração que permita a partilha de recursos entre a AP Local e Central, de modo a melhor responder aos desafios colocados e com menor custo; Realização de um levantamento de capacidade existente de serviços TIC no âmbito da RSPTIC em articulação com a AP local, para desconcentrar a prestação de serviços e evoluir num modelo de governança para a AP local.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Medida 11 – Comunicações na AP

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3917	3.11.1.1	Substituição da infraestrutura de proxys de acesso à Internet	Tendo presente o End of life (EOL) dos proxy TMG da atual infraestrutura de proxys, importa proceder à sua substituição.	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3918	3.11.1.2	Rede Integrada de Comunicações para de Dados e Internet MF / AT / eSPap	Contratualização da infra-estrutura da rede de comunicações para o Ministério das Finanças, integrando as necessidades da AT, dotando-a de capacidade e disponibilidade, para suportar novos serviços de comunicações unificadas numa lógica global de disponibilidade de serviço e continuidade para o Ministério das Finanças.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3919	3.11.1.3	Implementação de infraestruturas de base para comunicações de voz	Capacitação das infraestruturas de base de suporte à telefonia IP para a área governativa das Finanças; Piloto entre a eSPap e mais 2 entidades; Interligação com infraestruturas de VOIP da AT baseada em infraestrutura de Centrais com cartas IP; Alargamento às restantes entidades da área governativa do Ministério das Finanças.	ESPAP	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3920	3.11.2.1	Evolução da infraestrutura do PTT para alta disponibilidade, instalação do DPI (Deep Packet Inspection) e possível evolução para o 3º nó	Alta disponibilidade - aquisição de 2 equipamentos, 1 para cada nó do PTT; DPI - capacitar o PTT de Inspeção de Pacotes; 3º Nó do PTT - Evolução da solução para 3 nós.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3921	3.11.3.1	Coordenar no âmbito da RSPTic, e de acordo com a estratégia definida peloCTIC, a implementação do IPv6 na AP	Definir, em articulação com os organismos, a estratégia operacional de implementação/adoção do IPv6 em cada organismo da rede do Ministério das Finanças; Implementar piloto de implementação do IPv6 no serviço de correio eletrónico na eSPap 2ºS 2017; Assegurar a implementação na eSPap do IPv6 numa estratégia de “dual-stack” até 2018; Assegurar a implementação nos organismos na rede do Ministério das Finanças do IPv6 numa estratégia de “dual-stack” até 2020; Assegurar em articulação com a AT um plano para a implementação do IPv6 na AT até 2021.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3922	3.11.4.1	Expansão do projeto de videoconferência	Expansão do projecto de videoconferência para as restantes Direções de Finanças e Serviços Centrais, por forma a potenciar outras formas de comunicação remotas.	AT	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3923	3.11.4.2	Dotar o PTT de solução tecnológica para interligação das soluções de colaboração das Entidades da AP	Levantamento das soluções existentes e estudo de viabilidade, definindo e caracterizando as opções tecnológicas e requisitos técnicos da solução, e elaboração das peças de concurso para a aquisição do hardware e software; Implementação da infraestrutura e tecnologia necessária à implementação da solução e de piloto com 3 entidades; Alargamento às entidades da AP.	RSPTIC	A decorrer	Outros	Administração Pública
CTIC3924	3.11.4.3	Interligação do PTT à rede pública das entidades, Internet.	Interligação do PTT à rede pública das entidades, Internet.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3925	3.11.4.4	Solução colaborativa	Implementar solução de mensagens instantâneas, presença e contacto; Realizar piloto em 2017 na rede do Ministério das Finanças.	RSPTIC	Por iniciar	Outros	Administração Pública

Medida 12 – Aplicações Comuns e em Código Aberto

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3926	3.12.2.1	AT - Aquisição de Software / Licenciamento	Aquisição das licenças identificadas como críticas para a operacionalidade corrente da organização, procurando sempre que possível efetuar os procedimentos em colaboração com outros organismos que tenham uma necessidade de aquisição similar, no sentido de estes (e a AP, no global) poderem recolher também benefícios do poder negocial da AT. Destacam-se as seguintes aquisições previstas: - Upgrade de software mainframe (2019); - Aquisição de software Oracle Database Compression (2016); - Aquisição de software Oracle Weblogic Suite com Coherence e management (2016); - Aquisição do software Oracle Database In Memory (2017); - Expansão de licenciamento Oracle Soa Suite (2017); - Aquisição de software para gestão global RedHat (Linux, KVM, etc) (2017); - Aquisição de software Source Control para suporte ao desenvolvimento de aplicações Open (Java, HTML5, .net, etc) (2016); - Aquisição de software para gestão da plataforma Z/Linux (2017); - Aquisição de licenças RedHat para Z/Linux (2017); - Solução de análise de vulnerabilidades de código de desenvolvimento (2017).	AT	Por iniciar	Outros	Administração Pública
CTIC3927	3.12.2.2	Aquisição de licenciamento de software para Sptic	Aquisição de licenciamento de software para Sptic.	ESPAP	Removido do novo Plano Setorial	Outros	Administração Pública
CTIC3928	3.12.5.1	GeRHup - Recursos Humanos em modo Partilhado	No seguimento dos desenvolvimentos do GeRHup a eSPap e na sequência do Despacho n.º 15636/2014, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência, a eSPap irá iniciar o processo de disseminação do GeRHup para os órgãos e serviços do Ministério da Educação e Ciência (MEC), incorporando no GeRHup mais de 800 agrupamentos escolares e 12 serviços centrais. Em paralelo com o roll out para o Ministério da Educação será feita também a disseminação do GeRHup para outros Organismos do Estado com menor número de funcionários (entre os quais o INA). Para o período agora considerado na candidatura prevê-se que o GeRHup venha a integrar mais de 150.000 trabalhadores da AP, numa dimensão nunca antes realizada em Portugal.	ESPAP	A decorrer	SAMA (aprovado)	Administração Pública
CTIC3929	3.12.5.2	GeRFIP - Gestão de Recursos Financeiros do Estado	Considerando as recentes evoluções na área Gestão Financeira Pública, foi desenhado o Programa Transformacional da Gestão Financeira Pública (PTGFP) que assenta nos seguintes eixos: reforma do processo orçamental; melhoria dos processos de Gestão Previsional da Tesouraria Pública; implementação do novo referencial contabilístico internacional (SNC). 2.a Reforma do processo orçamental - A reforma do processo orçamental tem como principais objetivos: A alteração da organização jurídica da Lei de Enquadramento Orçamental; A simplificação do processo orçamental; Novo enquadramento orçamental dos serviços e organismos da AP; Alteração dos macroprocessos orçamentais; Alteração do processo de prestação de contas; Garantir uma efetiva articulação entre a execução orçamental e a tesouraria do Estado. 2.b Eficiência da Gestão da Tesouraria Pública - Pretende-se com esta componente do PTGFP atingir os seguintes objetivos: Assegurar que existem disponibilidades financeiras suficientes para liquidar as obrigações à medida que as mesmas se vão vencendo; Garantir que o recurso ao financiamento só ocorre quando é necessário; Maximizar o retorno da tesouraria disponível; Permitir a gestão eficiente dos riscos financeiros; Permitir a reconciliação diária entre a informação bancária e a contabilidade por fonte de financiamento. 2.c Novo referencial contabilístico (SNC-AP) - O processo de implementação do novo referencial contabilístico pretende dotar o estado de meios de registo contabilístico alinhados com os parâmetros nacionais e internacionais e e tem como principais objetivos: substituir o POCP e dos demais planos setoriais em vigor (POCMS, POC-E, POCAL e POCISS); adaptação das IPSAS - International Public Sector Accounting Standards das IPSAS - International Public Sector; Accounting Standards; Separar a contabilidade orçamental da contabilidade financeira; Criar um classificador económico multidimensional; Aumentar a transparência das contas públicas e o alinhamento com as necessidades da contabilidade nacional.	ESPAP	A decorrer	SAMA (aprovado)	Administração Pública

Código Projeto CTIC	ID Iniciativa	Iniciativa	Descrição	Organismo	Estado	Tipo Financiamento/ Programa	Destinatários
CTIC3930	3.12.5.3	SGPVE - Sistema de Gestão de Veículos do Estado	<p>No cumprimento dos objetivos de controlo da despesa, reduzir custos com as aquisições de veículos e simultaneamente criar uma frota mais ecológica e eficiente em termos energéticos, a eSPap pretende desenvolver o "SGPVE - Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE)"; o SGPVE pretende ser um sistema que de forma automática recolha informação sobre a utilização dos veículos (quilómetros e tempo de utilização) de modo a que cruzando esta informação com os dados de despesas de manutenção e consumo (seja possível) identificar veículos que possam ou devam ser substituídos, alienados ou simplesmente abatidos. Para tal será necessário fazer importantes melhorias ao SGPVE que a seguir se indicam. 3.a Módulo de Monitorização do Parque de Veículos do Estado (PVE) com a recolha automática de Km no veículo e registo no SGPVE. Este processo envolve a instalação de um pequeno aparelho (de baixo custo) em cada veículo do Estado e em simultâneo atualizar o registo cadastral do veículo e permitirá: recolher de forma automática e comunicar periodicamente ao SGPVE dos quilómetros andados (por motivos de privacidade não será recolhida nem registada a localização ou percursos de cada veículo mas sim a quilometragem percorrida) atualizar a base de registo de veículos automóveis identificando veículos entretanto abatidos ou permanentemente imobilizados e de forma permitir a deteção de veículos não utilizados (quilometragem zero); desenvolver e disseminar processos de registo contabilístico por veículo (GeRFIP), desenvolver um interface com o GeRFIP e introduzir melhorias no SGPVE O desenvolvimento deste processo permitirá: evitar a duplicação do registo de informações financeiras e melhorar a qualidade de registo de informação individual por veículo; manter a coerência entre a informação do SGPVE e a informação de registo financeiro das entidades da AP; a nível agregado dispor de informação fidedigna e corente entre os dois sistemas (GeRFIP e SGPVE) que permitirá: acompanhar e gerir a frota de veículos do Estado; a nível de cada veículo permita identificar veículos que estejam imobilizados ou necessitem de substituição por terem consumos de combustível inadequados ou custos de manutenção demasiado elevados. 3.b Novos módulos de gestão de manutenção, veículos apreendidos e abate de veículos (desmantelamento e alienação). Para além disso, numa lógica de controlo efetivo dos custos de manutenção e como upgrade aos conhecimentos técnicos, estabelece-se ainda uma interoperabilidade com sistemas de informação independentes de orçamentação de intervenções mecânicas e colisão. Importa igualmente desenvolver o módulo de gestão de veículos apreendidos para controlar e ter uma visão detalhada desde o momento da apreensão até à decisão final do tribunal, já que anualmente são tratadas em média 5.000 comunicações anuais com os tribunais e forças de segurança, de modo a que nas situações em que à decisão de perda a favor do Estado se tome mais eficiente e célere o processo de encaminhamento para o desmantelamento ou alienação, em função do estado de conservação, tipologia, idade, km e origem da matrícula. 3.c Interoperabilidade com sistemas de informação, públicos e privados, sobre veículos - Pretende-se criar interoperabilidade com sistemas de informação das seguintes entidades públicas e privadas que potenciem e suportem a eSPAP no desempenho das suas funções, em particular: Instituto dos Registos e Notariado (IRN) para acesso à base de dados de propriedade dos veículos nacionais e que permite para além dos dados do proprietário analisar se existe algum ónus ou encargo associado aos veículos; Instituto da Mobilidade e dos</p>	ESPAP	Por iniciar	SAMA (aprovado)	Empresas; Administração Pública
CTIC3931	3.12.5.4	Gestão centralizada das Compras Públicas e Programa de Implementação da Fatura Eletrónica na Administração Pública (FE-AP)	<p>Este projeto inclui o desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), nomeadamente: a) Desenvolvimento da Plataforma de Agregação de Necessidades (PAN ou FAN); b) Desenvolvimento da Plataforma Eletrónica de Contratação (PEC); c) Introdução de melhorias no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) ao nível do Catálogo Nacional de Compras Públicas e da automatização do tratamento dos Pedidos de Exceção; d) Introdução de melhorias no módulo de Monitorização e Controlo permitindo não só o controlo e monitorização operacional mas também o desenvolvimento de capacidades analíticas na Direção de Serviços Partilhados de Compras Públicas da eSPap, I.P.; e) Integração com a Faturação Eletrónica para a desmaterialização completa do processo de Compras Públicas; f) Desenvolvimento de um módulo de interoperabilidade que permita o acesso das diferentes plataformas de comércio eletrónico aos concursos públicos. Está prevista a implementação do Sistema de Faturação Eletrónica (FE-AP), enquadrado na Diretiva Europeia 2014/55/EU, o qual incluirá um Portal de Fornecedores. A introdução da Fatura Eletrónica na AP permitirá assegurar de uma forma mais eficaz e eficiente a qualidade de execução do processo aquisitivo da AP, garantindo a integração, otimização, normalização de processos, potenciando as melhores práticas.</p>	ESPAP	A decorrer	SAMA (aprovado)	Empresas; Administração Pública



PS TIC - MF
Plano Setorial TIC do Ministério das Finanças

pstic-mf.gov.pt